
MOVIMENTOS PENDULARES E ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO METROPOLITANO: DISTÂNCIAS E PROXIMIDADES NOS SISTEMAS METROPOLITANOS DE LISBOA E PORTO¹

Carla Melo - Instituto Nacional de Estatística - Direcção Regional do Norte - carla.melo@ine.pt

Francisco Vala² - Instituto Nacional de Estatística - Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo - francisco.salvador@ine.pt

RESUMO:

A compreensão da organização das metrópoles passa cada vez mais pela interpretação de um território metropolitano que não se esgote na aglomeração central, mas inclua territórios mais periféricos, funcionalmente integrados.

Neste artigo, procurou-se identificar as alterações na organização dos sistemas metropolitanos de Lisboa e Porto, caracterizando as principais (dis)similaridades entre ambos, adoptando como ponto de partida espaços de análise que ultrapassam os limites administrativos da AML e da AMP.

A análise, centrada nas alterações recentes dos padrões de distribuição da população e do emprego e na estrutura dos movimentos casa-trabalho, aponta para uma complexificação do funcionamento dos dois sistemas metropolitanos, com Lisboa a evidenciar um estado de maturação mais avançado que o Porto.

Palavras-chave: Região Urbana Funcional, Área Metropolitana, movimentos pendulares, emprego, metropolização, polarização

ABSTRACT:

Understanding the organisation of metropolises increasingly involves considering a metropolitan area as something that does not end in a central agglomeration, but rather extends over other more peripheral and functionally integrated areas.

This article attempts to identify the changes in the organisation of the Lisbon and Oporto metropolitan systems by describing the main (dis)similarities between them, and takes as a starting point areas of analysis which go beyond the administrative limits of both the Lisbon Metropolitan Area and the Oporto Metropolitan Area.

By focusing on recent changes in the patterns of distribution of the population and employment and on the structure of home/work daily commuting, the analysis shows that the two metropolitan systems have become more complex, with Lisbon showing that it has reached a greater maturity than Oporto.

Keywords: Functional Urban Region, Metropolitan Area, daily commuting, employment, metropolisation, polarisation

¹ Este estudo deriva de uma investigação iniciada no âmbito do projecto “Movimentos pendulares e organização do território metropolitano: área metropolitana de Lisboa e área metropolitana do Porto (1991-2001)”, dinamizado através de um protocolo entre o Instituto Nacional de Estatística, o Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação (MOPTH) e a Auditoria Ambiental do MOPTH. Contudo, este texto é da exclusiva responsabilidade dos autores que o assinam.

² Os autores agradecem ao Professor João Ferrão os comentários e sugestões feitas sobre uma primeira versão deste artigo. A responsabilidade pelo conteúdo final do texto cabe, porém, apenas aos primeiros.

1. INTRODUÇÃO

Diversos autores têm demonstrado que a forma como se constituem os actuais territórios metropolitanos se distingue dos moldes que levaram à conceptualização de área metropolitana no início do século XX³. Este conceito comportava uma dimensão morfológica – a sua área era predominantemente um espaço edificado – e uma dimensão funcional – a existência de um centro polarizador onde estavam sobrerrepresentadas as funções de produção e os serviços às populações, e dos quais dependiam um vasto número de habitantes que residiam em áreas suburbanas. A suburbanização das cidades e a constituição de metrópoles tinham rompido a trilogia que conceptualizou a cidade no passado – “a coincidência entre uma população, um território e uma unidade político-administrativa” – e marcou a primeira dissociação espacial dos ritmos quotidianos através das deslocações casa-trabalho (Ferrão, 2002: 39).

As diferenças entre a metrópole moderna e as metrópoles actuais são o resultado de um conjunto de transformações nos domínios da organização do sistema de produção, das estruturas sociais, das instituições reguladoras e das inovações tecnológicas que podem ser referenciadas ao início da década de 70. Não é nosso objectivo analisar este complexo quadro de transformações (diferentes abordagens podem ser encontradas, por exemplo, em Amin, 1994), mas elas são interpretáveis em contexto metropolitano através, pelo menos, das dimensões morfológica e funcional.

Em primeiro lugar, devemos referenciar o aumento da importância dos movimentos pendulares entre o local de residência e o local de trabalho, e a distensão territorial da funcionalidade do espaço metropolitano.

Sob esta perspectiva, marcadamente funcional, Ferrão *et al.* (2002) delimitaram as regiões metropolitanas de Lisboa e Porto como forma de distinção face às áreas metropolitanas administrativas e de expressão da volatilidade dos limites metropolitanos.

Por outro lado, os modelos de desenvolvimento urbano vigentes nas metrópoles actuais distanciam-se dos modelos de desenvolvimento compacto (por continuidade ou em centros de crescimento limitado: cidades satélite) que caracterizaram as metrópoles do pós-guerra: a procura de locais de residência com elevada qualidade ambiental estilhou as áreas residenciais; a crescente competitividade entre as empresas e a segmentação dos processos produtivos valorizou espaços distantes das cidades dotados de boas acessibilidades. O conceito de *metrópole fragmentada* de Barata Salgueiro (1999; 2000) aponta claramente para esta dimensão morfológica da metrópole, apesar de esta constituir apenas uma das componentes identificadas por aquela autora no contexto da emergência de uma nova realidade metropolitana em Lisboa.

É na contracção de ambas as dimensões – funcional e morfológica - que pode ser interpretada uma nova realidade metropolitana. Com a(s) antiga(s) cidade(s) concorrem novos centros de emprego/serviços/comércio, constituindo “ilhas” do território metropolitano mais ou menos especializadas e que vieram alterar os padrões de mobilidade casa-trabalho das populações, tornando-os mais dispersos e menos focados nos centros económicos tradicionais da cidade. As práticas sociais alteraram-se: aumentou o consumo e as formas de consumir; aumentou a procura de actividades de lazer e tempos livres; intensificaram-se as actividades diárias. As populações metropolitanas “vivem” mais espaços

³ Tomamos aqui como referência temporal a definição de metropolitan districts pelo Gabinete de Censos dos E.U.A. em 1910 (Jonhston, R, 2000).

e espaços mais diferenciados na nova metrópole, não somente porque se multiplicaram os pólos de emprego, mas porque a localização de bens e serviços se dispersou no território metropolitano (Ferrão, 2002).

Podemos distinguir duas grandes linhas de investigação sobre este novo espaço metropolitano em emergência: uma que diz respeito à análise dos processos sócio-espaciais que este novo contexto comporta e à reflexão sobre os processos de inclusão das populações metropolitanas (e.g. Malheiros, 1998; Barata Salgueiro, 2000; Ferrão, 2002); outra que diz respeito à eficácia dos sistemas metropolitanos e à pertinência de estimular modelos territoriais compactos face à crescente ascensão de modelos territoriais difusos. Relativamente à última linha de investigação a discussão rodou, numa primeira fase, em torno da forma urbana e da mobilidade quotidiana (nomeadamente as componentes de repartição modal das deslocações e a sua associação a questões ambientais) (e.g. Dieleman, Dijkstra e Spit, 1999), tendo sido mais recentemente alargada à relação entre forma urbana e custos colectivos (incluindo não somente as questões da mobilidade e os custos ambientais associados, mas também os custos sociais e a despesa pública) (Camagni, Gibelli e Rigamonti, 2002).

A presente discussão pretende ser mais um contributo para aquelas discussões teóricas e procura identificar, através dos dados dos Censos de 1991 e 2001, em que medida se verificaram as tendências de distensão do espaço metropolitano e de que forma a evolução dos territórios metropolitanos de Lisboa e Porto reproduziu lógicas de dependência mais dispersas e fragmentadas.

Organizámos a nossa discussão em três partes fundamentais.

Uma primeira, de enquadramento, que reflecte a consciência de estarmos perante dois territórios metropolitanos com estruturas morfo-funcionais distintas que resultam de processos de construção metropolitana diferenciados.

A segunda parte incide sobre a dinâmica populacional e de emprego⁴, utilizando a máxima desagregação territorial administrativa disponível nos últimos Censos para estas duas componentes de análise, procurando-se perceber em que medida estamos perante territórios metropolitanos mais policentrados.

Na terceira e última parte analisam-se as alterações da estrutura de dependências em contexto metropolitano, dando relevância às alterações modais que suportam o quadro de dependências identificado.

2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS METROPOLITANOS DE LISBOA E PORTO

2.1 A ABORDAGEM EXTENSIVA SOBRE OS PROCESSOS DE METROPOLIZAÇÃO

Ao nível internacional tem prevalecido uma abordagem funcional na compreensão dos fenómenos urbanos. O departamento dos Censos dos Estados Unidos da América define desde 1949 as *Standard Metropolitan Statistical Area* (SMSA) através das deslocações casa-trabalho; as “Zonas de Povoamento Industrial e Urbano” (ZPIU) são definidas em França, desde 1962, a partir de deslocações quotidianas da população, entre outros

⁴ Os recenseamentos populacionais de 1991 e 2001 ao permitirem o cruzamento da informação referente aos concelhos de residência e de exercício de actividade profissional possibilitam o apuramento de volumes de emprego (postos de trabalho ocupados) concelhios.

critérios (Ascher, 1998); o *Group for European Area Comparative Analysis* (GEMACA) delimitou em 1996 as Regiões Urbanas Funcionais para um conjunto de aglomerações europeias, através de limiares de população a trabalhar em aglomerações económicas.

Estas metodologias entendem, portanto, que o território metropolitano é um espaço funcional onde a não coincidência das actividades económicas e espaços de residência delimita espaços comuns de vivência para um número significativo de pessoas e de organizações.

Alguns estudos nacionais apontam também para a necessidade de interpretar os fenómenos de metropolização de Lisboa e Porto sob uma perspectiva extensiva, o que tem permitido identificar novas dinâmicas intrametropolitanas. A título de referência, vejam-se, por exemplo, as regiões metropolitanas de Lisboa e Porto analisadas por Ferrão *et al.* (2003), o território de polarização metropolitana de Lisboa identificado no PROT-AML⁵ (CCR-LVT, 2001), os ensaios das Grandes Áreas Urbanas de Lisboa e Porto propostos por Ferreira e Rosado (1999: pp.44-46), o documento de síntese do sistema urbano nacional da DGOTDU⁶ (Ferrão e Sá Marques, 2003) ou o âmbito de análise apresentado no “Retrato da Área Metropolitana do Porto” (INE, 2004). Sob diferentes perspectivas, estas investigações delimitam territórios de análise de fenómenos de âmbito metropolitano distintos das delimitações das áreas metropolitanas administrativas.

Ferrão (2002: 41-42) aponta uma pista para a proliferação de delimitações deste tipo: “ironicamente, a aplicação tardia e incompleta do conceito de áreas

metropolitanas administrativas em Portugal levou a que um processo ainda não totalmente concretizado se confronte já com a existência de práticas sociais ‘pós-modernas’ de metropolização a que muito dificilmente poderá dar resposta”. Se assim é, então as abordagens extensivas sobre os territórios metropolitanos de Lisboa e Porto serão uma das formas de captar essas novas práticas de âmbito metropolitano.

A delimitação espacial dos dois *territórios metropolitanos* (Figura 1) que sustentará a análise da presente discussão adopta as áreas de influência das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto definidas no estudo do INE e MOPTH (2003)⁷. Para além disso, definiram-se dois níveis de funcionalidade no interior de cada área metropolitana administrativa avaliado pelo grau de dependência de emprego relativamente aos municípios centrais de cada uma das áreas metropolitanas (Lisboa e Porto)⁸. Resultam assim quatro espaços intrametropolitanos que, apesar de assentarem num modelo clássico centro-periferia de interpretação das metrópoles, são pertinentes para a caracterização dos sistemas centrados em Lisboa e Porto e análise dos seus aspectos diferenciadores. Refira-se ainda que a delimitação de espaços intrametropolitanos com desagregação concelhia e a manutenção da geografia das áreas metropolitanas administrativas como limite das peças intrametropolitanas encontradas conferem-lhes, por um lado, um significado administrativo – o concelho, que tem servido de base a muitas das lógicas de parceria da administração local, e, por outro, permite tornar comparáveis os resultados com outros estudos que tomaram como limites as áreas metropolitanas administrativas.

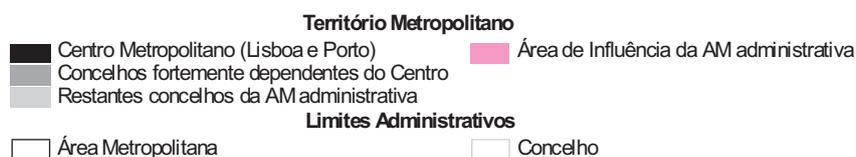
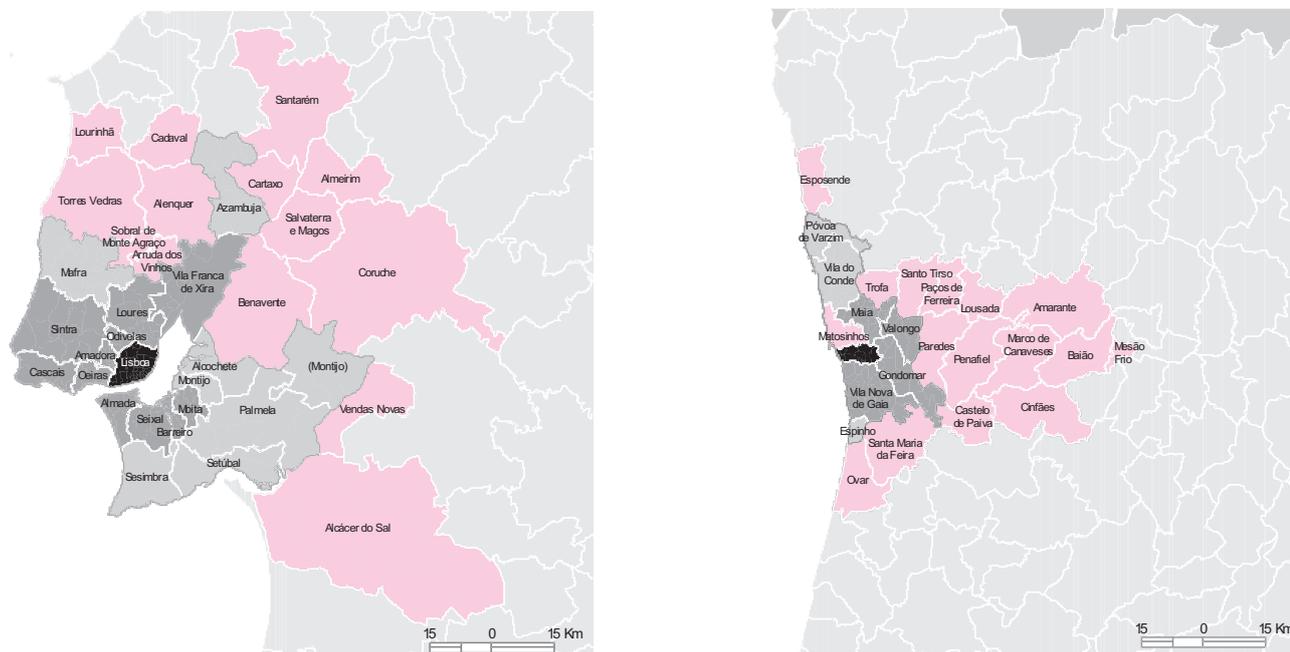
⁵ Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa.

⁶ Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

⁷ A delimitação das áreas de influência foi realizada considerando os concelhos para os quais mais de 5% da população residente, estudante ou empregada, com 15 ou mais anos exercia a sua actividade em concelhos da área metropolitana administrativa. No caso do Porto, por questões de contiguidade e consistência de análise, acrescentou-se um concelho – Paços de Ferreira – que não estava incluído na área de influência da AMP e constituía uma ilha no “território metropolitano” identificado.

⁸ Considerou-se para a definição da primeira coroa de dependência funcional os concelhos em que pelo menos 20% da população residente empregada exercia a sua actividade de trabalho nos centros metropolitanos (Lisboa e Porto). Para a definição da segunda coroa consideraram-se os restantes concelhos das Áreas Metropolitanas Administrativas.

FIGURA 1
Concelhos retidos para análise: os territórios metropolitanos de Lisboa e Porto



Fonte: INE (2003), pp.20 e/pp.82 (adaptado)

2.2 A EMERGÊNCIA DOS TERRITÓRIOS METROPOLITANOS DE LISBOA E PORTO

Nos territórios metropolitanos de Lisboa e Porto lê-se de forma exemplar o processo de desenvolvimento industrial e de internacionalização tardio que caracterizou o crescimento económico de Portugal, na medida em que o investimento foi concentrado nestes espaços onde existia massa crítica de suporte à via industrializante. Conforme refere

Barata Salgueiro (2001: 49), podemos referenciar o início do “surto industrializante” do regime anterior à Revolução de 1974 à lei de Condicionamento Industrial de 1945 e ao Primeiro Plano de Fomento (1953-58), posteriormente reforçado com a adesão à EFTA (1960). Num contexto de emigração para Europa, as áreas metropolitanas administrativas registaram continuamente taxas de crescimento da população superiores às verificadas no país.

Paços de Ferreira – que não estava incluído na área de influência da AMP e constituía uma ilha no “território metropolitano” identificado.

Lisboa manteve sempre uma posição de supremacia relativamente ao Porto, quer porque a adesão às inovações em território nacional se processaram sobretudo através de Lisboa (máquina a vapor; primeiras linhas de caminho de ferro), quer porque os investimentos mais avultados, nomeadamente, em indústria pesada (metalo-mecânicas e indústrias químicas) se concentraram na sua área metropolitana (Gaspar, 1999; Barata Salgueiro, 2001).

Deste processo de valorização da base económica das áreas metropolitanas resultaram movimentos populacionais intensos das áreas rurais para Lisboa e Porto, que se apresentavam, a par com alguns países da Europa Ocidental, como opções

válidas para as aspirações de melhoria de vida das populações rurais. A concentração populacional em Lisboa e Porto fez expandir estas cidades para além dos seus limites administrativos, segundo um modelo intensivo de suburbanização.

Em Lisboa este processo ocorreu ao longo dos principais eixos ferroviários na margem norte, e concentra-se nos principais núcleos urbanos na margem sul que possuíam ligações fluviais com Lisboa (Almada, Seixal e Barreiro). Numa segunda fase, com a primeira travessia rodoviária sobre o Tejo, o processo de expansão na margem sul generalizou-se e fez-se em “mancha de óleo” de norte para sul (Barata Salgueiro, 2003). A

QUADRO 1

Taxas de Variação da População nas Áreas Metropolitanas (Lisboa e Porto) e Portugal (1950 - 2001)

	Variação da População		
	Portugal	AML	AMP
	%		
1951-61	5,3	16,9	13,4
1961-71	-3,1	21,6	11,1
1971-81	14,2	36,4	20,4
1981-91	0,3	1,4	4,5
1991-01	5,0	5,6	8,0

Fonte: INE, Censos

QUADRO 2

Evolução da importância demográfica das Áreas Metropolitanas (Lisboa e Porto) em Portugal (1950 a 2001)

	Importância no País	
	AML	AMP
	%	
1950	14,8	8,7
1960	16,5	9,4
1970	20,7	10,8
1981	24,8	11,4
1991	25,1	11,8
2001	25,9	12,2

Fonte: INE, Censos

aglomeração metropolitana assumiu, assim, uma estrutura radial fortemente marcada pelos principais eixos de comunicação.

No caso do Porto o processo de suburbanização e a forma urbana dela resultante são mais complexos. É identificável uma primeira coroa de suburbanização intensiva, que inclui os concelhos contíguos ao Porto. No entanto, enquanto em Lisboa os núcleos urbanos antigos eram mais dispersos no território e bem delimitados e foram sendo progressivamente absorvidos pela aglomeração central, no caso do Porto a estrutura de povoamento disperso dominante, associada historicamente ao minifúndio nortenho e, posteriormente, a sistemas industriais difusos, fez com que a expansão se fizesse, em larga medida, pela reprodução da estrutura de povoamento existente, densificando-a. A análise sobre a morfologia urbana das aglomerações de Lisboa e Porto, através da aplicação do critério do contínuo de construção da ONU, permitiu identificar, através de informação de finais da década de 80 e anos 90, aglomerações urbanas mais ou menos bem definidas em Lisboa, enquanto no Porto o tipo de povoamento disperso fez com que a delimitação da aglomeração urbana centrada naquela cidade se prolongasse até ao concelho de Felgueiras, a Este, Oliveira de Azeméis, a Sul, e Braga, a Nordeste (Ferrão e Vala, 2001). A interpretação deste resultado para o Porto, revela, no entanto, que esta grande aglomeração encerrava no seu interior duas realidades distintas: uma que correspondia à coroa suburbana em torno do Porto e outra que correspondia à reprodução do tipo de povoamento disperso, acima referido.

Outro factor determinante na hegemonia a nível nacional do território metropolitano de Lisboa e, em menor escala, do Porto, foi a adesão de Portugal à UE (1986). O processo de adesão à UE fez aumentar o Investimento Directo Estrangeiro (o caso da Ford-Wolkswagen na Península de Setúbal é o exemplo mais emblemático) e a internacionalização dos

territórios metropolitanos e, ao mesmo tempo, permitiu o crescimento do investimento em Investigação e Desenvolvimento. Gaspar (1999) afirma que apesar de fortemente dependente de suporte financeiro (fundos comunitários, apoio do Estado), a importância do investimento em actividades de investigação e desenvolvimento das empresas concentrou-se predominantemente nas duas áreas metropolitanas, especialmente na de Lisboa. De facto, para além das actividades de investigação associadas ao ensino de nível superior tradicionalmente concentradas em Lisboa, Porto e Coimbra, têm surgido parques tecnológicos nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, dos quais se destacam o Tagus Park (Oeiras), o Parque Tecnológico do Lumiar (Lisboa) (Gaspar, 1999) e o PortusPark (ainda em construção em Santa Maria da Feira).

A estruturação dos territórios metropolitanos de Lisboa e Porto foi ainda fortemente marcada na década de 90 por um conjunto de investimentos em infra-estruturas, nomeadamente de comunicação, muitas delas suportadas por fundos comunitários. Os investimentos em novos eixos rodoviários dotaram os espaços suburbanos com melhores acessibilidades aos respectivos centros metropolitanos, integraram os territórios metropolitanos em contextos regionais mais amplos e, acima de tudo, aumentaram a conectividade do espaço metropolitano, alterando a situação anterior em que os centros constituíam nós determinantes para a circulação intrametropolitana rodoviária. No que diz respeito aos transportes colectivos, destacam-se os investimentos em transporte ferroviário quer suburbano, quer metropolitano.

2.3 OS ESPAÇOS INTRAMETROPOLITANOS

Os territórios metropolitanos de Lisboa e do Porto tinham, segundo os resultados do último recenseamento, uma população de cerca de 5 077 mil habitantes (+ 7% que em 1991), o que representa

49% da população residente no país. A distribuição intrametropolitana da população residente nos dois territórios evidencia um padrão concentrado, fundamentalmente na primeira coroa, a que se segue, no território metropolitano de Lisboa, o centro, a área de influência e, por último, a segunda coroa. No território metropolitano do Porto a importância populacional da área de influência é superior à do centro.

A dinâmica populacional na última década teve uma configuração bastante diversa: enquanto os centros (Lisboa e Porto) perderam população, nas periferias ocorreu crescimento populacional, mais acentuado na segunda coroa, no território metropolitano de Lisboa, e na primeira coroa, no território metropolitano do Porto (Quadro 3). Esta situação é característica das fases intermédias dos processos de suburbanização, em que os territórios metropolitanos ainda ganham população, por efeito do crescimento natural próprio e da imigração, mas os seus centros, sujeitos a processos de alteração maciça do uso do solo,

perdem população para as periferias (Cardoso, 1996). Quanto à população residente nas áreas de influência dos respectivos territórios metropolitanos, registou um menor acréscimo que a residente nas áreas metropolitanas administrativas.

Ao longo da década verificou-se um envelhecimento populacional nos dois territórios metropolitanos, mais acentuado nos centros. A primeira coroa do território metropolitano de Lisboa e a área de influência do território metropolitano do Porto são as áreas com menores índices de envelhecimento.

Quanto ao emprego, os territórios metropolitanos concentravam cerca de 2 212 mil indivíduos empregados (+ 8% que em 1991), o que representava 52% do emprego do país, proporção superior à registada em termos de distribuição de população no todo nacional. Deste total, 2% exercia actividade no sector primário, 33% no sector secundário e 65% no sector terciário (contra 5%, 35% e 60% no território nacional).

QUADRO 3

Dinâmica populacional dos territórios metropolitanos de Lisboa e Porto e espaços intrametropolitanos

Território Metropolitano / Espaços Intra-metropolitanos	Dimensão Espacial (Área)		População Residente 1991			População Residente 2001			Variação da População	Índice de Envelhecimento	
	Km ²	%	Número	Hab. / Km ²	%	Número	Hab. / Km ²	%	%	1991	2001
Lisboa	8 936	100,0	2 885 485	323	100,0	3 050 167	341	100,0	5,7	70,8	106,7
AML	3 219	36,0	2 540 276	789	88,0	2 682 687	833	88,0	5,6	68,3	103,7
Core	85	0,9	663 394	7 839	23,0	564 657	6 673	18,5	-14,9	132,1	203,4
Coroa 1	1 258	14,1	1 592 639	1 266	55,2	1 785 803	1 420	58,5	12,1	48,8	81,4
Coroa 2	1 876	21,0	284 243	152	9,9	332 227	177	10,9	16,9	68,5	98,8
Área de Influência da AML	5 717	64,0	345 209	60	12,0	367 480	64	12,0	6,5	89,0	129,1
Porto	3 078	100,0	1 864 844	606	100,0	2 027 117	659	100,0	8,7	47,0	70,7
AMP	815	26,5	1 167 800	1 433	62,6	1 260 680	1 547	62,2	8,0	52,8	80,5
Core	42	1,3	302 472	7 285	16,2	263 131	6 337	13,0	-13,0	87,3	147,5
Coroa 1	521	16,9	710 748	1 364	38,1	825 987	1 585	40,7	16,2	43,1	66,8
Coroa 2	252	8,2	154 580	613	8,3	171 562	680	8,5	11,0	43,1	67,7
Área de Influência da AMP	2 263	73,5	697 044	308	37,4	766 437	339	37,8	10,0	38,9	57,5

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 1991 (cálculos dos autores)

A evolução registada, entre 1991 e 2001, na organização da produção ocasionou transformações no padrão de distribuição do emprego nos contextos intrametropolitanos, com características comuns a ambos os territórios, nomeadamente a expansão do terciário, embora com ritmos diferenciados (Quadro 4). Enquanto na estrutura sectorial do emprego do território metropolitano de Lisboa ocorreu um reforço da terciarização (de 67% para 73%), a estrutura sectorial do emprego do território metropolitano do Porto passou a ser predominantemente terciarizada (de 45% para 53%). Nos dois territórios verificou-se uma diminuição do peso do sector primário (de 4% para 2% em ambos) e do sector secundário (de 29% para 25% no território metropolitano de Lisboa e de 51% para 45%, no território metropolitano do Porto).

No que se refere ao território metropolitano de Lisboa, a distribuição intrametropolitana do emprego evidencia um padrão concentrado no concelho de Lisboa e na sua primeira coroa periférica, equivalente a cerca de 80% do emprego total do território. Contudo, o concelho de Lisboa reduziu o seu peso de 45% para 39%, no respectivo contexto metropolitano, enquanto o contributo da primeira coroa periférica aumentou de 36% para 41%. A segunda coroa

periférica e a área de influência apresentaram um ligeiro crescimento, respectivamente de 9% para 10% e de 10% para 11%.

No caso do território metropolitano do Porto, a distribuição do emprego demonstra um padrão mais difuso que o território metropolitano de Lisboa, embora se registasse, também, uma concentração no centro e na sua primeira coroa equivalente a cerca de 60% do emprego total do território, tal como já acontecia em 1991. Ao longo da década, o centro reduziu o seu peso, de 27% para 23%, enquanto o contributo da primeira coroa periférica aumentou de 32% para 34% e o da segunda coroa periférica se manteve, 8%. É de assinalar o peso crescente da área de influência, 35%, o qual, em 1991, já era significativo (32%).

A evolução registada na estrutura sectorial do emprego dos centros metropolitanos (Lisboa e Porto) assinala o aumento da importância do sector terciário, em oposição à diminuição do contributo do secundário. Mas, no contexto metropolitano, o peso do emprego terciário destes concelhos diminuiu a favor das primeiras coroas periféricas, sendo, em 2001, as periferias imediatas de Lisboa e Porto a deterem a maior parcela de emprego neste sector.

QUADRO 4

Dinâmica do emprego dos territórios metropolitanos de Lisboa e Porto e espaços intrametropolitanos

Território Metropolitano / Espaços Intra-metropolitanos	Emprego 1991						Emprego 2001						Variação do Emprego %
	Total Número	Primário	Secundário %	Terciário	Empr. p/ Km ²	%	Total Número	Primário	Secundário %	Terciário	Empr. p/ Km ²	%	
Lisboa	1 236 032	4,0	28,8	67,2	140	100	1 335 453	2,2	25,0	72,8	149	100	8,0
AML	1 109 320	1,8	28,6	69,6	355	89,7	1 194 721	1,2	24,1	74,6	371	89,5	7,7
Core	557 271	0,3	19,5	80,2	6 647	45,1	517 629	0,4	15,7	83,8	6 117	38,8	-7,1
Coroa 1	442 179	1,3	37,8	60,8	362	35,8	541 004	0,9	29,1	70,0	430	40,5	22,3
Coroa 2	109 870	11,7	37,4	50,8	60	8,9	136 088	5,8	36,2	58,0	73	10,2	23,9
Área de Influência da AML	126 712	22,8	30,9	46,4	22	10,3	140 732	10,8	32,4	56,9	25	10,5	11,1
Porto	803 891	4,2	50,5	45,3	261	100	876 296	2,1	44,5	53,4	285	100	9,0
AMP	543 430	2,3	44,7	53,0	665	67,6	568 399	1,5	36,3	62,2	698	64,9	4,6
Core	220 986	0,3	29,5	70,3	5 305	27,5	199 079	0,4	22,2	77,4	4 795	22,7	-9,9
Coroa 1	259 373	1,9	56,0	42,1	496	32,3	300 319	1,0	43,6	55,4	576	34,3	15,8
Coroa 2	63 071	10,6	51,9	37,5	250	7,8	6 9001	6,5	45,2	48,3	274	7,9	9,4
Área de Influência da AMP	260 461	8,2	62,7	29,1	115	32,4	307 897	3,3	59,7	37,0	136	35,1	18,2

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 1991 (cálculos dos autores)

A estrutura socio-económica da população residente nos diferentes espaços intrametropolitanos (Quadro 5) põe em evidência, em ambos os centros (Lisboa e Porto), a sobrerrepresentação, relativamente à estrutura dos respectivos territórios metropolitanos, dos grandes empresários e quadros dirigentes, dos activos em áreas técnicas, intelectuais e científicas e dos trabalhadores não qualificados do terciário. No entanto, enquanto o primeiro grupo apresenta na última década taxas de crescimento negativas, o segundo apresenta uma dinâmica positiva significativa em ambos os concelhos de Lisboa e Porto. As diferenças mais notórias na dinâmica socio-económica dos residentes nos concelhos de Lisboa e Porto encontram-se nos trabalhadores não qualificados do terciário: em contextos metropolitanos de incremento deste grupo, Lisboa apresenta uma taxa de variação negativa (-7%), enquanto o Porto apresenta um aumento de cerca de 8%.

A estrutura sócio-económica da população suburbana de Lisboa correspondia, de forma mais ou menos coerente, à estrutura dos respectivos territórios metropolitanos. No caso da população suburbana do Porto identificam-se duas diferenças significativas: uma sobrerrepresentação dos activos na administração, comércio e serviços e uma subrepresentação dos independentes e operários da indústria.

A comparação entre as estruturas das coroas suburbanas de Lisboa e Porto e a dinâmica desenvolvida por cada uma delas permite identificar realidades relativamente distintas. A análise do Quadro 5 deixa antever uma estrutura da população activa mais terciarizada no caso de Lisboa do que no do Porto, uma vez que no território da AMP os operários e independentes da indústria e operários não qualificados ainda representavam mais de 30% do total da população activa. É de salientar que a terciarização da população suburbana de Lisboa evidencia-se por duas vias: uma, positiva, que corresponde à importância superior a 20% que os activos das áreas técnicas, intelectuais e científicas representavam; outra, negativa, que diz respeito à importância superior a 11% dos trabalhadores não qualificados do terciário. Por outro lado, a análise da evolução dos grupos sócio-económicos aponta para alterações em sentido idêntico em ambas as primeiras coroas suburbanas: terciarização da mão-de-obra (redução dos operários não qualificados, aumento dos independentes e empregados da administração, comércio e serviços, aumento dos empregados nas áreas técnicas, intelectuais e científicas e aumento de não qualificados do terciário), com um ritmo mais acentuado na AMP do que na AML.

QUADRO 5

Dinâmica do capital humano dos territórios metropolitanos de Lisboa e Porto e espaços intrametropolitanos

Território Metropolitano / Espaços Intra-metropolitanos	Pequenos patrões e dirigentes de pequenas empresas		Pequenos patrões, independentes e quadros: áreas técnicas intelectuais e científicas		Independentes e Empregados da administração, comércio e serviços		Independentes e Operários da indústria		Independentes e trabalhadores do sector primário		Trabalhadores não qualificados: operários		Trabalhadores não qualificados: terciário		Grandes empresários e quadros dirigentes		Outros		População Activa	
	%	variação %	%	variação %	%	variação %	%	variação %	%	variação %	%	variação %	%	variação %	%	variação %	%	variação %	%	variação %
Lisboa	6,4	96,5	20,7	54,7	30,0	6,0	19,9	1,1	1,5	-51,9	2,8	-32,8	11,5	42,4	4,2	-0,5	3,1	8,8	100	15,1
AML	6,2	92,1	21,7	52,3	30,8	4,0	19,0	-0,6	0,9	-35,9	2,5	-34,9	11,6	39,8	4,4	-0,2	2,9	-2,5	100	14,8
Core	5,4	25,6	30,8	22,7	28,7	-24,8	12,2	-26,6	0,4	-16,4	1,4	-57,5	12,8	-6,7	6,1	-17,5	2,3	-26,1	100	-10,8
Coroa 1	6,2	108,5	20,2	62,6	32,1	11,3	19,9	3,3	0,6	-14,1	2,5	-33,6	11,5	59,3	4,1	6,9	2,9	-2,5	100	21,9
Coroa 2	7,7	150,5	15,7	118,3	26,3	33,0	25,2	11,8	3,5	-50,6	4,0	-16,0	10,6	76,5	3,3	17,2	3,6	46,1	100	32,0
Área de Influência da AML	8,3	127,0	12,5	95,8	23,7	31,2	27,1	11,7	5,8	-63,4	5,1	-23,0	10,2	71,4	2,5	-3,3	4,8	140,0	100	17,2
Porto	6,6	62,3	15,4	72,0	23,2	19,5	35,4	-0,2	1,8	-41,7	3,5	-16,7	8,7	53,4	3,5	-13,1	1,8	19,6	100	15,6
AMP	6,5	53,0	19,3	67,0	26,9	14,0	27,6	-8,7	1,4	-25,3	2,8	-22,6	9,9	50,2	3,9	-17,1	1,8	11,7	100	13,7
Core	5,6	6,6	28,8	23,5	29,0	-23,1	14,8	-31,6	0,3	-2,8	1,5	-53,0	12,5	7,6	5,2	-36,7	2,3	0,5	100	-11,9
Coroa 1	6,5	69,8	17,8	99,0	27,6	30,9	29,4	-6,7	0,7	-29,0	3,1	-16,6	9,6	72,1	3,7	-5,9	1,6	14,5	100	23,5
Coroa 2	7,6	60,5	12,9	73,7	20,3	30,8	36,8	2,7	6,0	-24,2	3,6	-15,4	7,8	74,8	3,2	-12,0	1,9	22,4	100	17,3
Área de Influência da AMP	7,0	79,6	8,7	94,6	16,7	38,0	49,0	9,6	2,7	-50,9	4,7	-9,6	6,6	62,5	2,9	-2,0	1,8	36,0	100	18,8

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 1991 (cálculos dos autores)

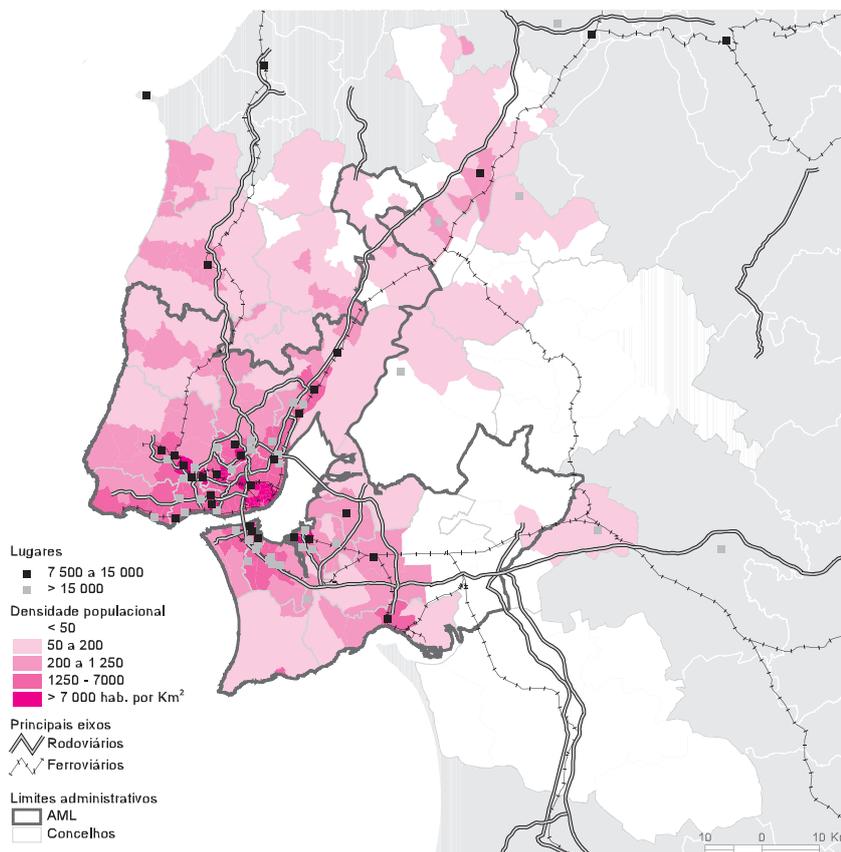
Relativamente à estrutura sócio-económica da população residente na segunda coroa e na área de influência dos territórios metropolitanos verifica-se uma sobrerrepresentação dos independentes e operários da indústria e uma subrepresentação dos pequenos patrões, independentes e quadros das áreas técnicas intelectuais e científicas e independentes, e empregados da administração, comércio e serviços.

3. ORGANIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS METROPOLITANOS DE LISBOA E PORTO

3.1 OS ESPAÇOS DE RESIDÊNCIA

A análise da densidade populacional dos territórios metropolitanos de Lisboa e Porto (Figura 2 e Figura 4) remete para a morfologia dos espaços de residência. No caso de Lisboa, a morfologia metropolitana deixa

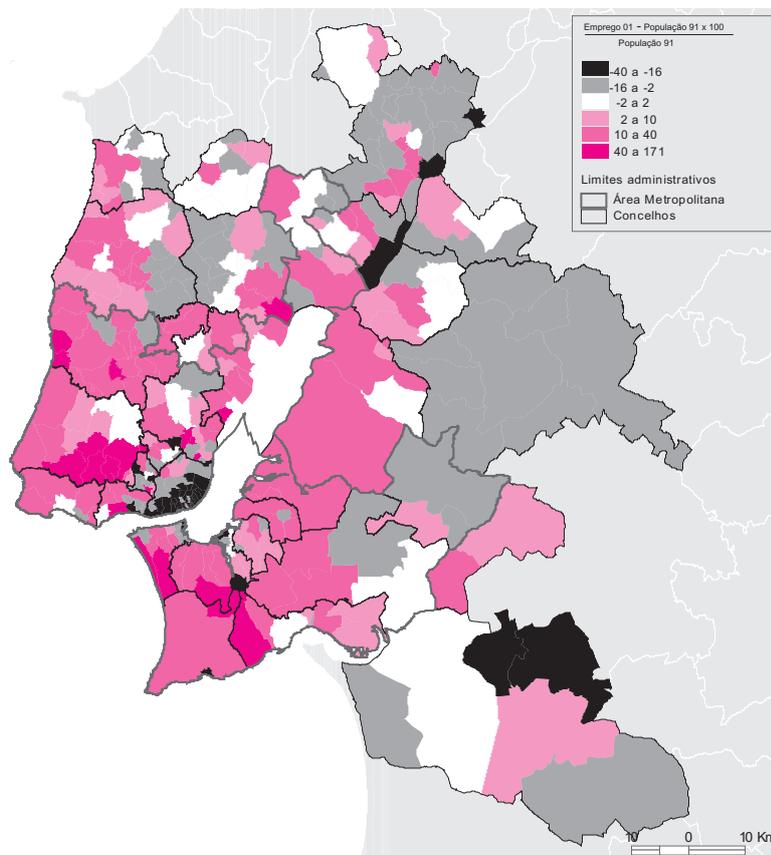
FIGURA 2
Morfologia metropolitana de Lisboa (2001)



Fonte: Dados: INE, Censos 1991 e 2001. Informação Geográfica: divisão administrativa - INE, Base Geográfica de Representação de Informação (BGRI); Principais vias de comunicação - IGEOE, Carta Militar Itinerária - Portugal Continental (*adaptado*).

FIGURA 3

Taxa de variação da população residente no território metropolitano de Lisboa, por freguesia (1991 - 2001)



Fonte: Dados: INE, Censos 1991 e 2001. Informação Geográfica: divisão administrativa - INE, Base Geográfica de Representação de Informação (BGR1)

transparecer os fenómenos de suburbanização intensiva, iniciados na década de 50 e estruturados pelas principais vias de comunicação, podendo-se ainda fazer a analogia da “Pata de Ave” proposta por Lucinda Fonseca (1990: 240), referindo-se aos principais eixos de expansão urbana na margem norte.

No entanto, a esta imagem radial da ocupação populacional do território metropolitano de Lisboa sobrepõem-se dinâmicas de crescimento (ver Figura 3) que apontam para a coexistência de dois modelos de metropolização. Um que compreende ainda a fase de suburbanização intensiva e que pode ser lido através da perda generalizada de população na grande maioria das freguesias de Lisboa; das

taxas de crescimento superiores a 40% registadas na “Linha de Sintra”, no sector litoral do concelho de Almada e nas freguesias dos limites concelhos partilhados pelos concelhos do Seixal, Sesimbra e Setúbal e, ainda da perda de população na generalidade das freguesias dos concelhos limítrofes do território metropolitano.

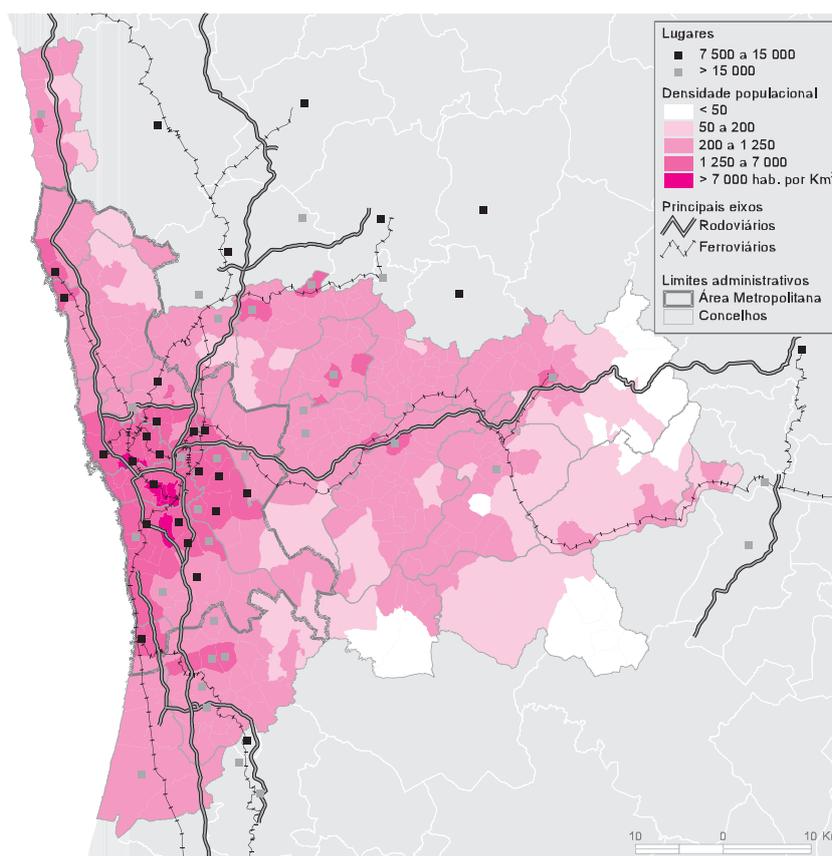
Um segundo modelo que comporta novos processos de expansão metropolitana, apesar da sua identificação se fazer de forma menos incisiva: taxas de crescimento em áreas valorizadas em termos ambientais e por novas vias de comunicação, associadas ao litoral (freguesias dos concelhos de Sintra, Mafra e Sesimbra, mas também Torres Vedras e Lourinhã) e ao “campo” (freguesias dos concelhos

de Alcochete, Vendas Novas, Benavente ou Salvaterra de Magos); emergência de eixos concêntricos na segunda coroa metropolitana associados a novas vias estruturantes (Loures-Malveira-Mafra-Ericeira e Setúbal-Pinhal Novo-Montijo); dinâmica positiva em centros urbanos de pequena dimensão (Cartaxo, Samora Correia e Carregado) e em cidades de dimensão média (Torres Vedras e Santarém); “alastramento” das perdas de população a freguesias dos concelhos suburbanos contíguos à cidade-centro (Oeiras, Amadora, Odivelas e Loures, mas também,

na margem sul, Almada e Barreiro) e comportamento positivo de freguesias da periferia da cidade-centro, por construção de novos bairros (freguesias de Carnide, Lumiar e Charneca) e no centro histórico, por densificação e reabilitação (“Bairro Alto” – freguesia da Encarnação).

A estrutura de ocupação populacional do território metropolitano do Porto é globalmente mais homogênea, com densidades populacionais mais elevadas do que em Lisboa.

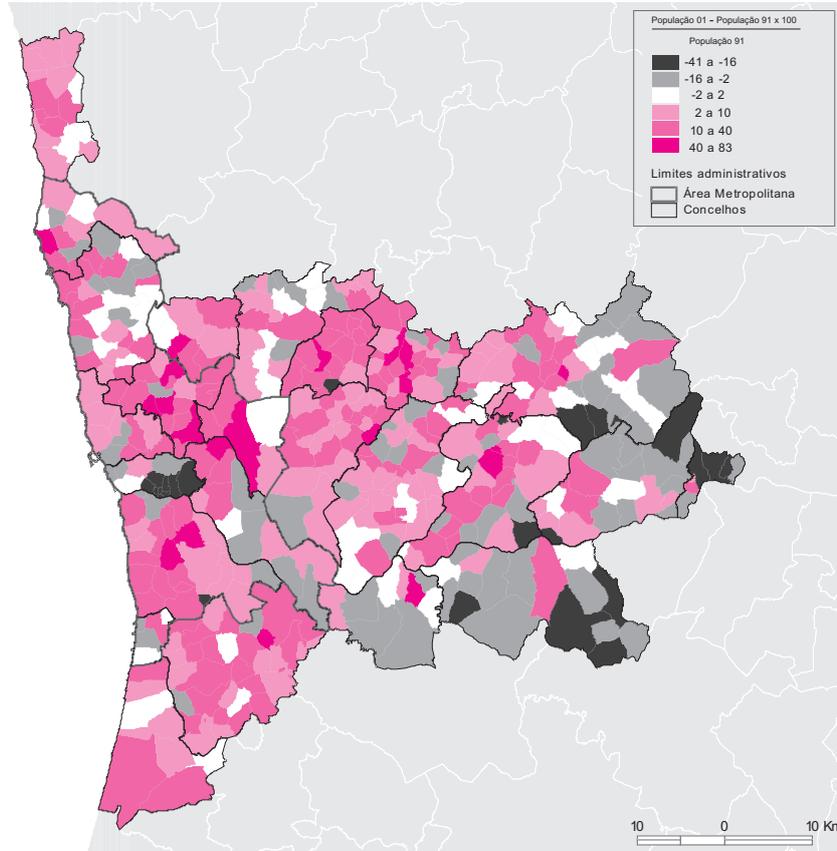
FIGURA 4
Morfologia metropolitana do Porto (2001)



Fonte: Dados: INE, Censos 1991 e 2001. Informação Geográfica: divisão administrativa - INE, Base Geográfica de Representação de Informação (BGR1); Principais vias de comunicação – IGEOE, Carta Militar Itinerária – Portugal Continental (*adaptado*).

FIGURA 5

Taxa de variação da população residente no território metropolitano do Porto, por freguesia (1991 - 2001)



Fonte: Dados: INE, Censos 1991 e 2001. Informação Geográfica: divisão administrativa - INE, Base Geográfica de Representação de Informação (BGRI)

Entre 1991 e 2001 a coroa com elevadas densidades populacionais em torno do Porto alastra-se para Sul, unindo-se ao concelho de Espinho. Esta coroa que corresponde à área suburbana polarizada pelo Porto (primeira coroa metropolitana), ao contrário do território metropolitano de Lisboa, não constitui o único espaço com densidades populacionais elevadas: a esta juntam-se cidades de pequena dimensão da segunda coroa metropolitana (Vila do Conde e Póvoa de Varzim) e centros urbanos ou cidades de pequena dimensão, exteriores à área metropolitana administrativa, como sejam Santo Tirso, Paços de Ferreira, Vila das Aves, Penafiel, Amarante ou Lourosa. O conjunto destes centros registaram taxas de crescimento positivas, destacando-se as registadas em Paços de Ferreira e Vila do Conde.

As taxas de crescimento por freguesia ilustradas na Figura 5 apontam para uma dinâmica populacional menos linear que a registada no território metropolitano de Lisboa. Identificam-se, tal como em Lisboa, perdas significativas de população na cidade-centro e nas freguesias contíguas dos concelhos adjacentes, sendo ainda claro um padrão de regressão populacional nos limites do território metropolitano e uma manutenção de crescimento populacional em freguesias da primeira coroa metropolitana, nomeadamente nos concelhos de Maia, Valongo ou Gondomar. Estas tendências apontam ainda para uma fase de suburbanização intensiva centrada na cidade do Porto. De facto, apesar de se identificarem taxas de crescimento nas

segunda e terceira coroas metropolitanas, o facto de estes comportamentos estarem maioritariamente associados a centros urbanos ou cidades de pequena dimensão reveste-os de relativa autonomia face ao comportamento do sistema metropolitano centrado na cidade do Porto.

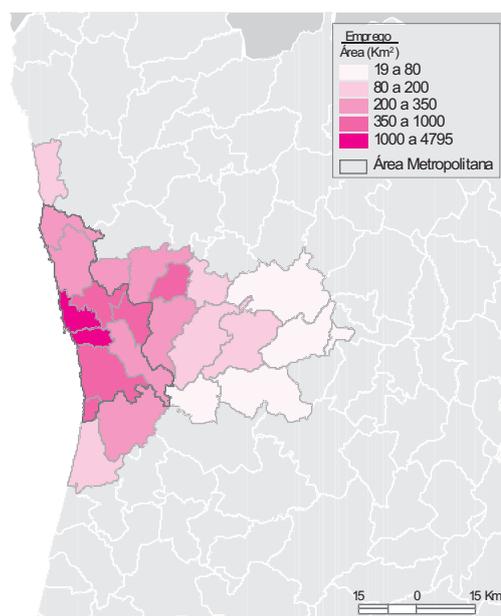
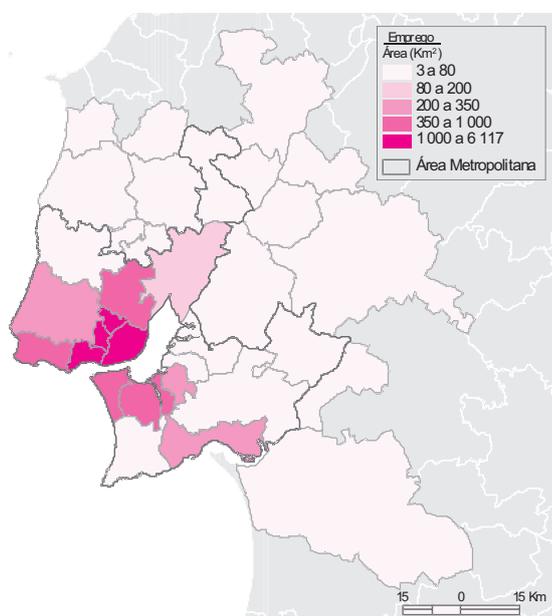
3.2 OS ESPAÇOS DE EMPREGO

Nos dois territórios metropolitanos transparece um modelo de organização territorial clássico “centro-periferia”, com as densidades de emprego a diminuírem progressivamente do centro (Lisboa e Porto) para os concelhos limítrofes do espaço metropolitano. Em relativa contradição com este modelo genérico, evidenciam-se Setúbal, no território metropolitano de Lisboa, e Paços de Ferreira, no do Porto.

No território metropolitano de Lisboa destacavam-se com as maiores densidades de emprego, para além de Lisboa, três dos concelhos que lhe são contíguos: Amadora (2 046 empregados por km²), Oeiras (1 420 empregados por km²) e Odivelas (1 099 empregados por km²). Assim, podemos falar, em 2001, de uma aglomeração económica alargada no território metropolitano de Lisboa. De igual modo, no território metropolitano nortenho os concelhos contíguos do Porto e de Matosinhos apresentavam-se com as maiores densidades de emprego (4 795 e 1 078 empregados por km², respectivamente). No extremo oposto, com densidades inferiores a 80 postos de trabalho por km², encontram-se no caso de Lisboa 20 concelhos, sendo que 6 deles pertencem à área metropolitana administrativa. No caso do Porto

FIGURA 6

Densidade de emprego nos territórios metropolitanos de Lisboa e Porto (2001)



Fonte: Dados: INE, Censos 2001. Informação Geográfica: divisão administrativa - INE, BGRI.

o número de concelhos com densidades inferiores a 80 postos de trabalho por km² é de apenas quatro, todos eles localizados na área de influência da área metropolitana administrativa.

O emprego nos territórios metropolitanos de Lisboa e Porto registou, no período em referência, um crescimento respectivamente de 9,7% e 9,0%, valor resultante de comportamentos concelhios muito diferenciados. Foram concelhos do território metropolitano de Lisboa que verificaram as maiores variações positivas e negativas da população empregada.

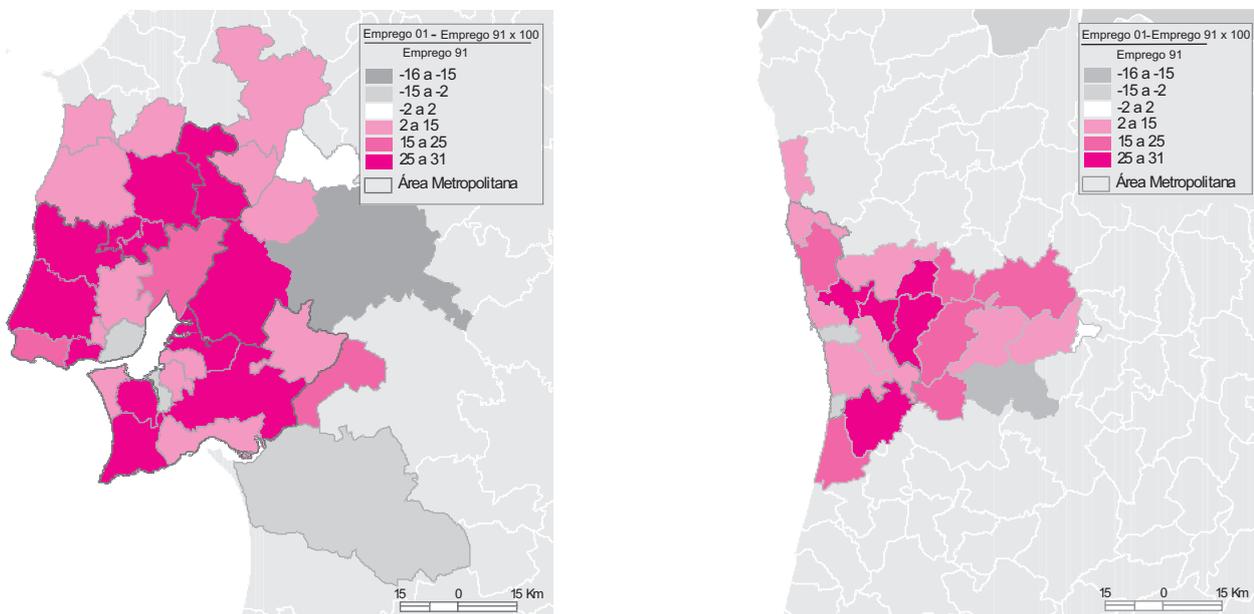
Destacam-se no território metropolitano de Lisboa, com acréscimos superiores a 40%, os concelhos de Palmela (+81,2%), na segunda coroa, Oeiras

(+52,6%) e Sintra (+46,3%), na primeira coroa, e ainda Sobral de Monte Agraço (+45,2%) e Arruda dos Vinhos (+41,3%), na área de influência.

No território metropolitano do Porto as maiores variações ocorreram em quatro concelhos contíguos, Maia (+30,5%) e Valongo (+29,4%) da primeira coroa periférica, Paredes (+30,8%), Paços de Ferreira (28,8%) e, ainda, em Santa Maria da Feira (26,9%), localizado, como os dois últimos, na área de influência. As variações negativas registaram-se num dos concelhos mais periféricos da área de influência, Cinfães (-16,4%), no concelho central do Porto (-9,9%) e num concelho da segunda coroa, Espinho (-5,6%).

FIGURA 7

Taxa de variação de emprego nos territórios metropolitanos de Lisboa e Porto (1991-2001)



Fonte: Dados: INE, Censos 1991 e 2001. Informação Geográfica: divisão administrativa - INE, BGRI.

3.3 ESPAÇOS DE RESIDÊNCIA VERSUS ESPAÇOS DE EMPREGO: O ÍNDICE DE POLARIZAÇÃO

O índice de polarização, indicador que permite uma visão simplificada da organização espacial dos mercados de trabalho, situava-se, em 2001, nos 1,01 no território metropolitano de Lisboa e assumia um valor marginalmente inferior à unidade no território metropolitano do Porto.

Uma análise concelhia dos resultados faz sobressair os centros, Lisboa e Porto, cujos índices de polarização do emprego atingiam respectivamente 2,29 e 1,91, o que equivale a dizer que nestes concelhos exerciam actividade um número de trabalhadores que mais que duplicava (no caso de Lisboa) ou quase duplicava (no caso do Porto) a população empregada que lá residia. Em termos absolutos, aqueles valores traduzem-se na circunstância de cerca de 578 mil indivíduos trabalharem no concelho de Lisboa e apenas cerca

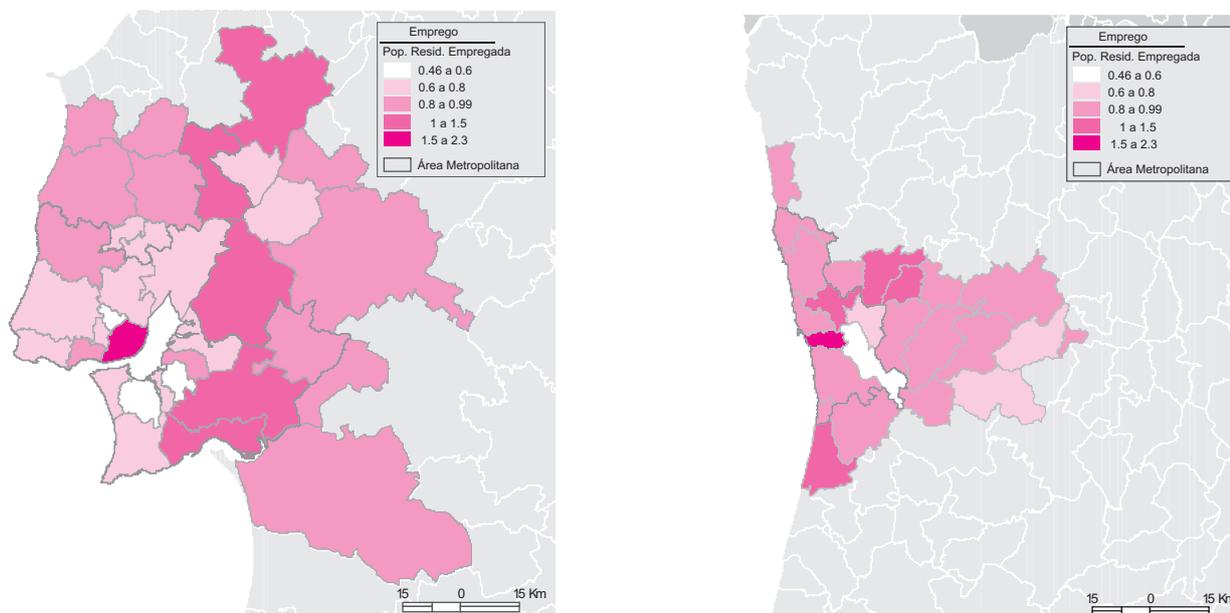
de 226 mil empregados lá residirem e de no concelho do Porto exercerem actividade cerca de 200 mil trabalhadores e residirem, apenas 104 mil.

No território metropolitano de Lisboa seguem-se, com índices de polarização de emprego superiores à unidade, cinco concelhos: Setúbal e Palmela (na segunda coroa), Benavente, Azambuja e Santarém (na área de influência). No pólo oposto, com os menores índices de polarização de emprego, salientam-se na margem norte da primeira coroa periférica, intensamente dependentes do centro, Odivelas, Amadora, Sintra, Loures, Vila Franca de Xira e Cascais, e também alguns concelhos ribeirinhos da margem sul, Moita, Seixal, Barreiro e Almada.

No território metropolitano do Porto, para além do concelho central, são, maioritariamente, concelhos

FIGURA 8

Índice de polarização de emprego⁹ nos territórios metropolitanos de Lisboa e Porto (2001)



Fonte: Dados: INE, Censos 2001. Informação Geográfica: divisão administrativa - INE, BGRI.

⁹ O índice de polarização de emprego relaciona os postos de trabalho existentes num determinado concelho com a população empregada residente nesse mesmo concelho.

da área de influência que apresentam densidades de ocupação diurna superiores à nocturna, nomeadamente Ovar, Santo Tirso e Paços de Ferreira. A excepção é o concelho da Maia na primeira coroa periférica, que se mantém como o único pólo supra-municipal de emprego da AMP, para além do concelho central. No pólo oposto, com os menores índices de polarização, sobressaem os concelhos de Gondomar e Valongo, que apresentam perfis predominantemente residenciais.

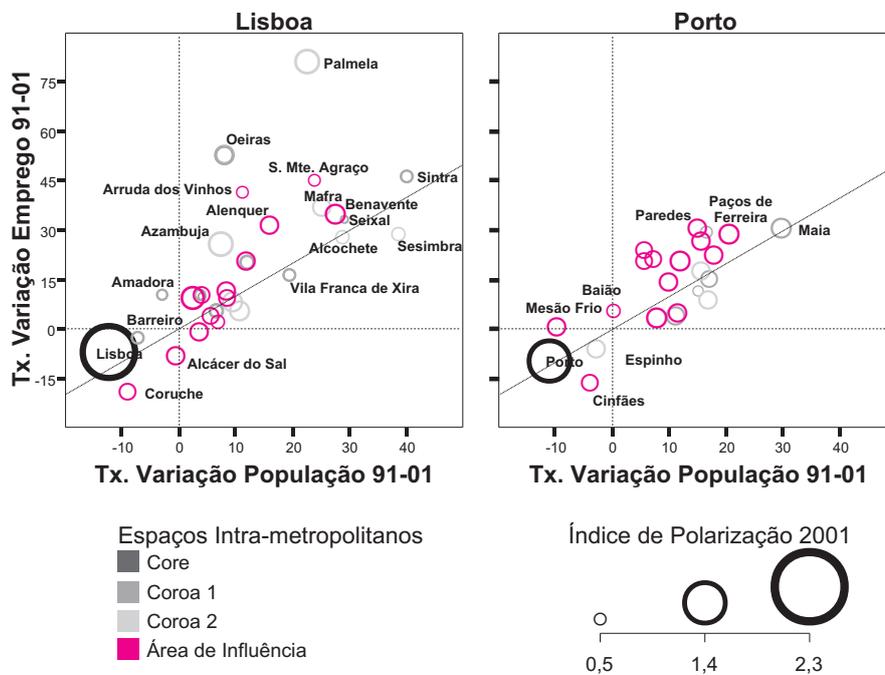
Cruzando os dados dos censos de 2001 com os de 1991, sobressai que no território metropolitano de Lisboa os concelhos que revelaram maior variação positiva no índice de polarização de emprego foram os de Palmela, Oeiras, Lisboa, Loures e Amadora, e os que, pelo contrário, revelaram maior variação negativa foram Setúbal e Sesimbra. No território metropolitano do Porto salientam-se, pela maior variação positiva, dois concelhos da área de influência: Lousada e Penafiel.

Acresce que os concelhos de Palmela, Benavente, Ovar e Paços de Ferreira passaram a apresentar índices de polarização de emprego superiores à unidade, emergindo como pólos de emprego, situação que não ocorria em 1991. Palmela, no território metropolitano de Lisboa, e Paços de Ferreira, no território metropolitano do Porto, apresentam as variações positivas de maior dimensão situação que, no caso de Palmela, é difícil dissociar do projecto Ford-Wolkswagen.

A Figura 9 sintetiza a recomposição dos mercados locais de trabalho intra-metropolitanos através da análise cruzada das taxas de variação da população residente e do emprego nos concelhos de ambos os territórios metropolitanos, apresentando o índice de polarização registado em 2001 para cada um deles.

FIGURA 9

Dinâmica populacional e de emprego (1991-2001) e Índice de polarização (2001)¹⁰



Fonte: Dados: INE, Censos 1991 e 2001. (cálculos dos autores)

¹⁰ Os concelhos apresentados para os territórios metropolitanos de Lisboa e Porto referem-se, por razões de impossibilidade de estimação do emprego, à geografia de 1991.

O primeiro ponto a reter é que as dinâmicas do emprego e da população residente foram muito mais divergentes no território metropolitano de Lisboa do que no do Porto, revelando por isso uma maior recomposição das lógicas funcionais naquele território.

O segundo ponto é o de que, por coroa e em termos relativos, são concelhos da segunda coroa metropolitana que apresentam menor performance do emprego em relação à da população (à direita da diagonal, 67% dos concelhos em ambos os territórios metropolitanos). Contrariamente a este situação, destacam-se, no território metropolitano de Lisboa, os comportamentos de Mafra, Azambuja, e principalmente, Palmela, sendo que os dois últimos apresentam um índice de polarização superior à unidade. No caso do território metropolitano do Porto, o único concelho que pode ser referenciado é Vila do Conde, mas sem grande evidência porque apresenta comportamentos muito próximos nas componentes emprego e população.

Em sentido inverso, a maioria dos concelhos da primeira coroa e das áreas de influência das áreas metropolitanas administrativas apresenta performances mais positivas no emprego. Neste contexto, evidenciam-se no território metropolitano de Lisboa, os concelhos de Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço, Alenquer (área de influência) e sobretudo Oeiras (primeira coroa metropolitana), sendo que os dois últimos apresentam índices de polarização de emprego próximos da unidade. No Porto, destacam-se os concelhos de Paredes e Paços de Ferreira (área de influência), sendo que o primeiro apresentava um índice de polarização de emprego próximo da unidade e o segundo superior. Note-se, no entanto, que estes concelhos registaram um crescimento do emprego inferior ao dos concelhos

referidos relativamente ao território metropolitano de Lisboa, bem como uma menor divergência face à dinâmica da população.

Esta leitura revela a emergência de novos centros metropolitanos em Lisboa e aponta para um território mais policêntrico em 2001 do que dez anos antes, que se evidencia em concelhos da primeira e segunda coroas metropolitanas, mas também da área de influência da AML. No caso do Porto a evolução para um maior policentrismo metropolitano é pouco clara. A existir, ela ocorreu de forma tímida em alguns dos concelhos da área de influência da AMP.

Refira-se ainda que, a par dos dois centros metropolitanos, são sobretudo concelhos distantes desses centros (Coruche, Alcácer do Sal e Cinfães) que apresentam performances negativas da população e do emprego. Se relativamente aos primeiros esta evolução acusa uma perda de competitividade nos dois domínios em análise, relativamente aos segundos a evolução parece demonstrar uma performance negativa da base económica local.

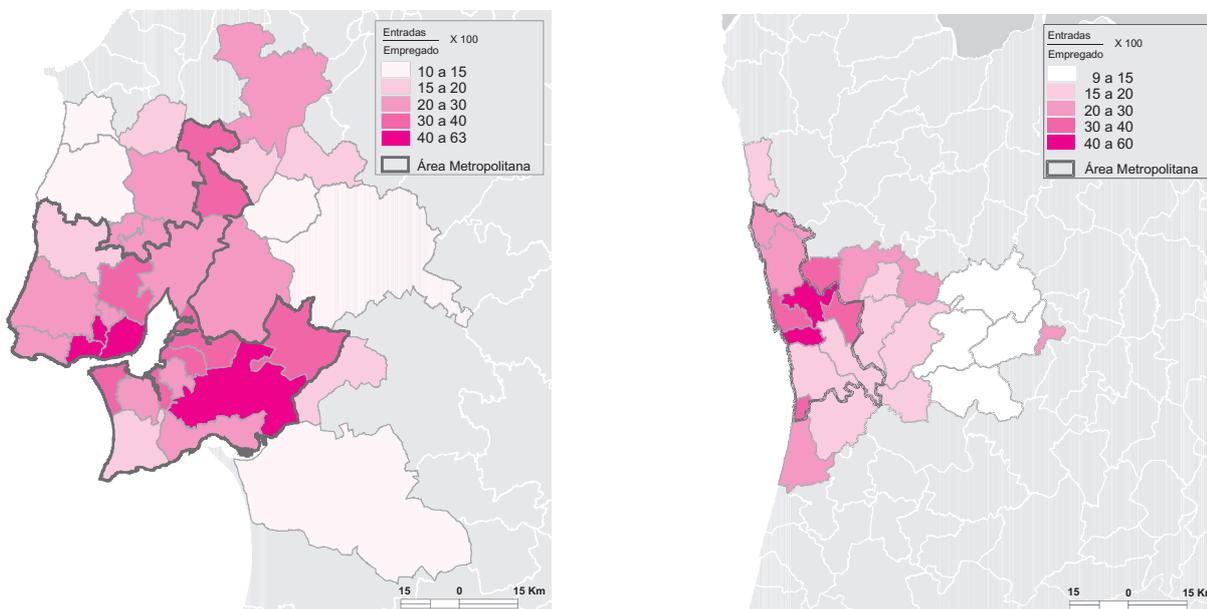
4. FUNCIONALIDADES DOS TERRITÓRIOS METROPOLITANOS DE LISBOA E PORTO

4.1 ATRACTIVIDADE VERSUS REPULSÃO

No território metropolitano de Lisboa, o concelho central de Lisboa e o de Oeiras, na primeira coroa, são os mais atractivos: mais de metade do emprego nestes municípios é ocupado por população residente noutros concelhos. Seguem-se-lhes um concelho da segunda coroa, Palmela (46%), Amadora (primeira coroa, com 44,9%), Azambuja (segunda coroa, com

FIGURA 10

Taxa bruta de atracção da população empregada¹¹ nos territórios metropolitanos de Lisboa e Porto (2001)



Fonte: Dados: INE, Censos 1991 e 2001. Informação Geográfica: divisão administrativa - INE, BGRI.

39,7%) e Loures (primeira coroa, com 38,6%). Tal como a análise da densidade de emprego, a análise da taxa de atracção aponta para a existência de um centro económico em consolidação que envolve não apenas a cidade-centro mas também um conjunto de concelhos suburbanos da margem norte que a envolvem.

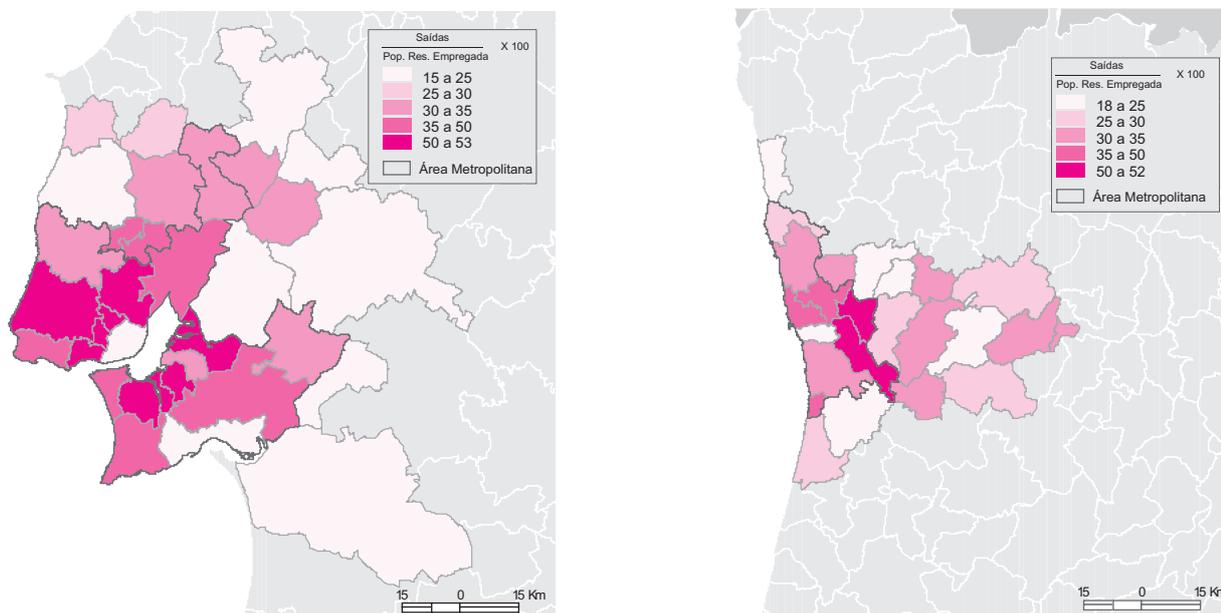
De igual modo, no território metropolitano do Porto identifica-se uma aglomeração económica alargada, constituída por concelhos com elevadas taxas de atracção: a cidade-centro, em que mais de 50% da população aí empregada reside noutros concelhos, e dois concelhos que lhe são contíguos (Maia, com

47,2%, e Matosinhos, com 37,6%). No entanto, os concelhos que constituem o território metropolitano do Porto apresentam, globalmente, menores taxas de atracção do que os de Lisboa. É neste contexto que se destacam a faixa do território metropolitano do Porto constituída pelos concelhos da Trofa, Santa Tirso e Lousada e, no extremo sul os concelhos de Espinho e Ovar.

Entre 1991 e 2001, a evolução da taxa de atracção foi positiva para todos os concelhos dos territórios metropolitanos. O facto de a evolução da taxa de repulsão dos concelhos retidos para análise ter sido globalmente no mesmo sentido aponta, por si

¹¹ A taxa bruta de atracção de empregados relaciona as “entradas” de empregados num dado concelho (isto é, o número de empregados não residentes que se deslocam ao concelho para trabalharem) com o número total de postos de trabalho, ocupados.

FIGURA 11

Taxa de repulsão da população empregada¹² nos territórios metropolitanos de Lisboa e Porto (2001)

Fonte: Dados: INE, Censos 1991 e 2001. Informação Geográfica: divisão administrativa - INE, BGRI.

só, para uma complexificação do quadro funcional induzido pelo mercado de trabalho em ambos os sistemas metropolitanos.

Em 2001, os concelhos com taxas de repulsão mais significativas, superiores a 50%, eram, no território metropolitano de Lisboa, os que constituem a primeira coroa em torno do centro: na margem norte, Amadora (66,1%), Odivelas (65,0%), Oeiras (59,4%), Loures (56,5%) e Sintra (51,3%); na margem sul, Moita (60,9%), Seixal (57%) e Barreiro (54,7%). Alcochete (50,8%) era o único concelho da segunda coroa periférica com uma taxa de repulsão superior a 50%.

No território metropolitano do Porto os concelhos com taxas de repulsão de emprego mais significativas pertenciam à primeira coroa periférica: Gondomar

(52,3%) e Valongo (50,6%). No entanto, enquanto em Lisboa mais de 70% dos concelhos da primeira coroa apresentavam taxas de repulsão superiores a 50%, no Porto esta proporção era inferior a 50%. Podemos assim afirmar que nos concelhos da primeira coroa metropolitana do Porto existe uma maior importância de movimentos casa-trabalho de âmbito intraconcelhio do que nos concelhos da primeira coroa metropolitana de Lisboa.

A Figura 11 mostra, ainda, que as menores taxas de repulsão da população residente empregada registavam-se simultaneamente nos concelhos centrais dos territórios metropolitanos, Lisboa (14,6%) e Porto (23,2%), e nos concelhos das respectivas áreas de influência: Santarém (17,7%), Torres Vedras (17,8%), Alcácer do Sal (17,9%), Vendas

¹² A taxa de repulsão de empregados relaciona as "saídas" de empregados residentes num dado concelho (isto é, o número de empregados residentes que se deslocam para outro concelho para trabalharem) com o total de indivíduos empregados residentes no concelho.

Novas (22,1%), Coruche (22,7%), Almeirim (24,5%) e Benavente (24,5%), no território metropolitano de Lisboa; Paços de Ferreira (17,9%), Santa Maria Feira (21,4%), Santo Tirso (22,4%) e Marco de Canaveses (24,6%), no território metropolitano do Porto.

A análise integrada das taxas brutas de atracção e repulsão de empregados permite tipificar nos dois territórios metropolitanos cinco grupos distintos de concelhos:

- concelhos com elevadas taxas de atracção e fracas taxas de repulsão, que retinham a sua população empregada e ao mesmo tempo atraíram população de fora: os únicos exemplos claros eram os concelhos centrais de Lisboa e Porto;
- concelhos que registaram simultaneamente as maiores taxas de repulsão e as menores taxas brutas de atracção, revelando um perfil de concelhos tipo dormitório: Odivelas, Moita, Seixal e Sintra, na AML; e Gondomar e Valongo, na AMP;
- concelhos que apresentavam elevadas taxas de atracção e de repulsão, sendo, por isso, concelhos com uma elevada rotatividade de população empregada: Oeiras, Amadora e Palmela, na AML, e Maia, na AMP;
- concelhos com baixas taxas de atracção e repulsão e, por isso, pouco integrados no sistema metropolitano, sendo exemplo um conjunto de concelhos localizados na área de influência das respectivas áreas metropolitanas: Alcácer do Sal, Vendas Novas, Coruche e Almeirim, no território metropolitano de Lisboa; Paços de Ferreira, Santa Maria Feira e Marco de Canaveses, no território metropolitano do Porto.

- Por último, concelhos limítrofes dos territórios metropolitanos que apresentam taxas de atracção relativamente significativas e baixas taxas de repulsão, e que se evidenciam, por isso, como pólos estruturantes na periferia dos territórios metropolitanos: Torres Vedras e Santarém, no território metropolitano de Lisboa; Santo Tirso, no território metropolitano do Porto.

4.2 LÓGICAS INTERCONCELHIAS DE DEPENDÊNCIA DE EMPREGO

A análise das taxas de repulsão e atracção concelhias indicou, em 2001, um quadro funcional complexo dos territórios metropolitanos de Lisboa e Porto, sob a forma de uma maior abertura dos mercados de trabalho do que a existente em 1991.

Para além disso, os níveis de concentração dos movimentos interconcelhios motivados pelo emprego revela em 2001 menores níveis de concentração do que em 1991, para a generalidade dos concelhos dos dois territórios metropolitanos. Neste sentido, podemos afirmar que a evolução da estrutura de movimentos pendulares dos territórios metropolitanos foi no sentido da sua fragmentação: os movimentos pendulares em 2001 são mais difusos e estruturados de forma mais equilibrada.

Apesar deste quadro genérico, a Figura 12 evidencia o papel dominante dos centros metropolitanos na estruturação dos movimentos pendulares: no território metropolitano de Lisboa todos os concelhos da área metropolitana administrativa dependiam de forma significativa do emprego em Lisboa, assim como, sete concelhos da área de influência (Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço, Alenquer, Benavente, Cartaxo, Torres Vedras e Salvaterra de Magos) e

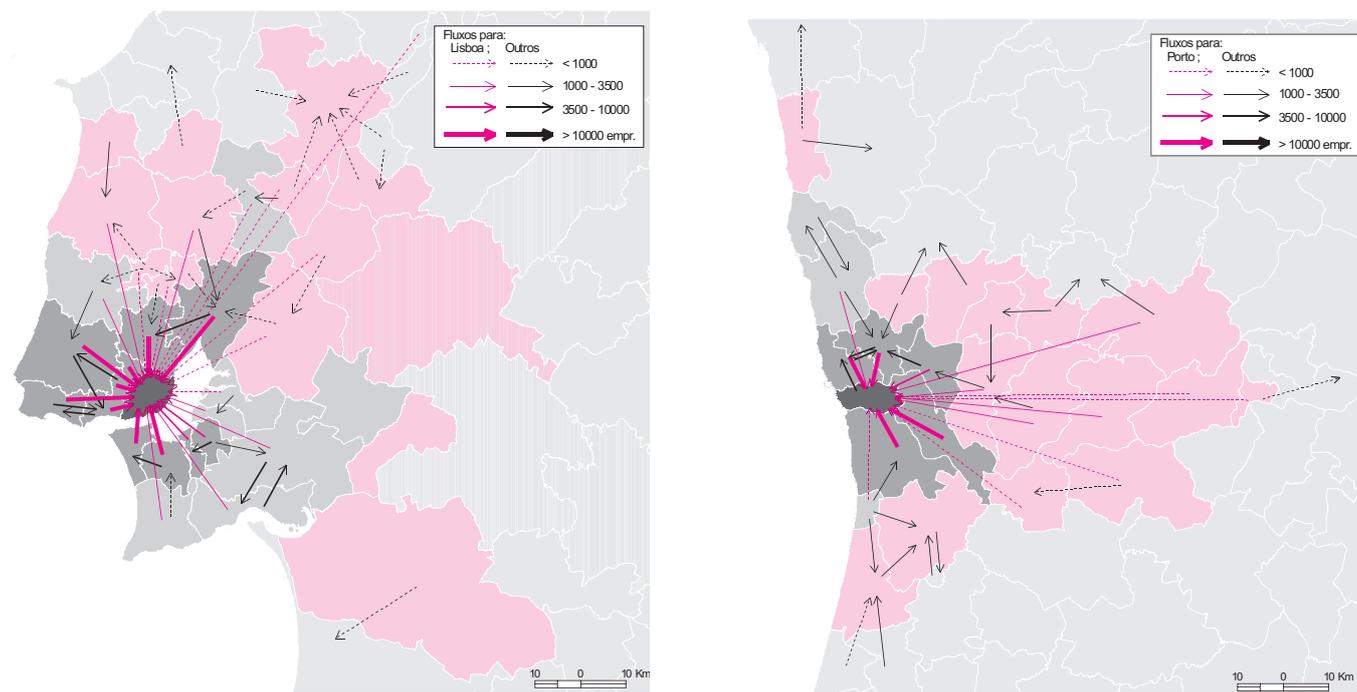
um concelho exterior ao território metropolitano (Entroncamento); no caso do território metropolitano do Porto também todos os concelhos da AMP, à excepção da Póvoa de Varzim, dependiam de forma significativa do emprego do município central, e ainda oito concelhos da área de influência (Baião, Penafiel, Marco de Canaveses, Cinfães, Mesão Frio, Paredes, Castelo de Paiva e Amarante).

Os maiores níveis de dependência do emprego de Lisboa e Porto encontram-se nas respectivas primeiras coroas metropolitanas. A população residente empregada de Odivelas, Amadora, Loures e Oeiras dependia em mais de 40% do emprego de

Lisboa. No caso do Porto os níveis de dependência são substancialmente mais reduzidos que os verificados em Lisboa, rondando os 20%, à excepção de Gondomar (31%).

Se excluirmos os movimentos para os centros metropolitanos, a estrutura de dependências nos dois territórios metropolitanos caracteriza-se pela proximidade geográfica: todos os fluxos significativos se desenvolvem entre concelhos contíguos.

FIGURA 12
Dependências no território metropolitano de Lisboa e Porto (2001)¹³



Fonte: Dados: INE, Censos 1991 e 2001. Informação Geográfica: divisão administrativa - INE, BGRI.

¹³ Retiveram-se para representação os fluxos que representam mais de 5% da população residente empregada do concelho de origem.

A comparação entre a estrutura de movimentos pendulares de 2001 e de 1991 (Figura 13) permite-nos identificar processos de recomposição nas lógicas de dependência interconcelhias.

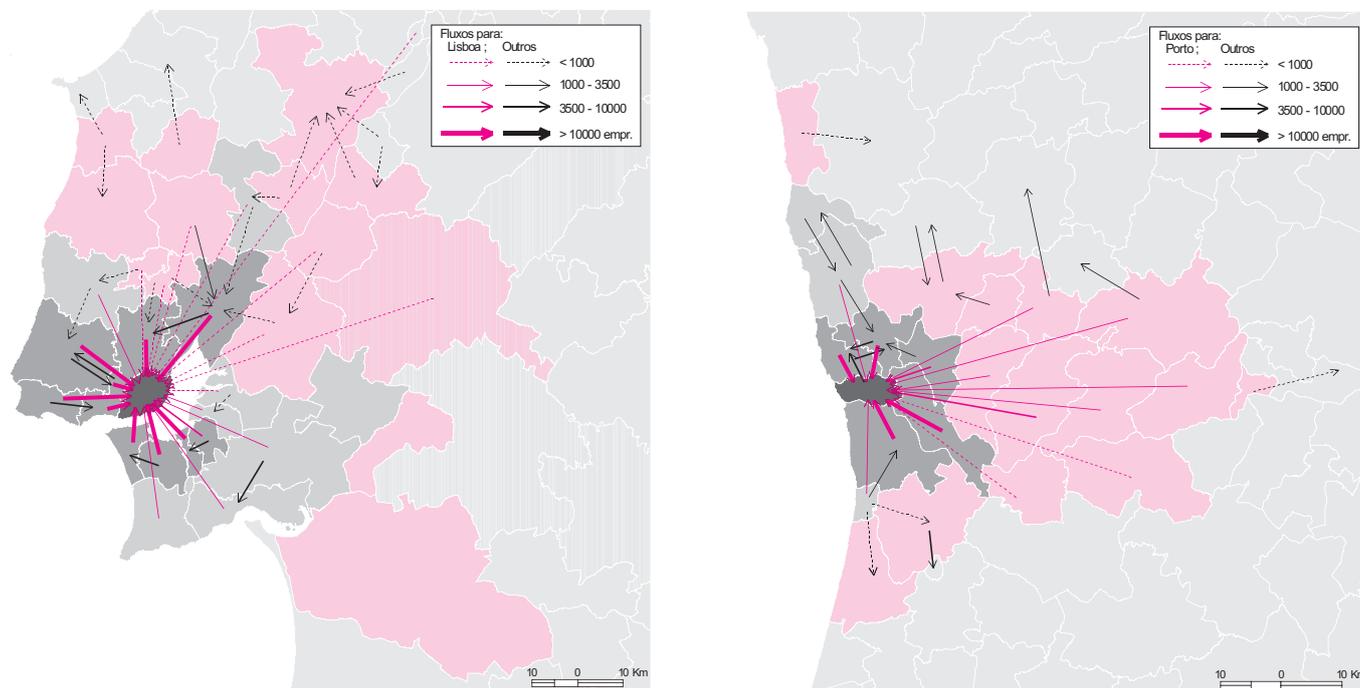
No território metropolitano de Lisboa destaca-se a emergência de dois novos pólos estruturantes na AML: Oeiras e Palmela. Oeiras reforça a sua capacidade de polarização de população empregada residente em Cascais e passa a polarizar significativamente a população empregada residente em Sintra, o segundo concelho mais populoso da AML. Palmela passa a constituir destino significativo para a população empregada residente em Setúbal e Moita. No mesmo sentido, os concelhos com cidades de média dimensão da área de influência da AML polarizam significativamente população residente de um maior número de concelhos do que em 1991 (Santarém passa a polarizar população empregada residente em Rio Maior e Torres Vedras empregados residentes em Sobral de Monte Agraço). No interior da AML destacam-se ainda os fluxos significativos de Sesimbra para Seixal e de Oeiras para Cascais, e o facto de o emprego da Amadora ter deixado de ser significativo para a população empregada residente em Sintra. De igual modo, em 2001, os fluxos da Azambuja para Vila Franca de Xira deixam de ser significativos. Neste quadro de alterações estruturais no território metropolitano de Lisboa refira-se, por último, o aumento global dos fluxos significativos neste território, o que, por si só, constitui um indicador da complexificação do quadro funcional.

O número de fluxos significativos no território metropolitano do Porto também aumentou, acusando deste modo um novo quadro de dependências interconcelhias. Estas alterações foram, no entanto, pouco relevantes entre concelhos da AMP e registaram-se sobretudo na sua área de influência. Neste sentido, destacam-se as novas situações de dependência entre concelhos da área de influência da AMP, nomeadamente: a importância do emprego de Paredes para a população empregada residente em Penafiel e Paços de Ferreira, do emprego de Santa Maria da Feira para os empregados residentes em Ovar e São João da Madeira, e do emprego de Paços de Ferreira para os empregados residentes em Lousada. Para além disso, regista-se uma aproximação funcional de alguns dos concelhos da área de influência a concelhos exteriores ao território metropolitano (Esposende a Viana do Castelo; Mesão Frio à Régua; Lousada a Felgueiras, que substitui em importância o papel detido por Guimarães em 1991). Em sentido inverso, regista-se uma aproximação funcional de três concelhos do exterior do território metropolitano a concelhos da área de influência da AMP (Estarreja e Murtosa a Ovar, e São João da Madeira a Santa Maria da Feira). Por último, refira-se a emergência de dependências significativas de emprego de concelhos da área de influência da AMP face à área metropolitana administrativa: fluxos significativos de Mesão Frio para o Porto, de Paredes para Valongo e de Trofa para a Maia¹⁴.

¹⁴ Apesar deste último poder reflectir apenas a constituição do concelho da Trofa entre 1991 e 2001.

FIGURA 13

Dependências no território metropolitano de Lisboa e Porto (1991)



Fonte: Dados: INE, Censos 1991 e 2001. Informação Geográfica: divisão administrativa - INE, BGRI.

Os processos de recomposição das estruturas de fluxos nos territórios metropolitanos de Lisboa e Porto e as alterações nas taxas de repulsão e atracção dos respectivos concelhos que as compõem apontam para um processo de transformação das lógicas funcionais mais vincada no território de Lisboa do que no do Porto. Aquelas alterações em Lisboa evidenciam uma suburbanização do emprego segundo um modelo que altera as lógicas preexistentes em 1991. No caso do Porto esta suburbanização do emprego também é identificável, mas reforça no essencial os padrões existentes em 1991. As alterações ocorridas no Porto são mais interessantes na sua área de influência: sobre os padrões de emprego difuso que em 1991 dinamizavam, sobretudo movimentos de âmbito intraconcelhio, surgem complementariedades interconcelhias em 2001.

4.3 REPARTIÇÃO MODAL DOS MOVIMENTOS INTERCONCELHIOS

Costa e Costa (2003) apontaram que as alterações ocorridas na organização das bacias de emprego de Portugal Continental derivaram de alterações nas acessibilidades e na repartição modal das deslocações casa-trabalho, nomeadamente, no maior peso que a mobilidade através do transporte automóvel passou a assumir. De igual forma, as alterações encontradas no quadro funcional dos territórios metropolitanos de Lisboa e Porto não podem ser dissociadas das alterações na estrutura modal ocorridas na última década em ambos os territórios.

QUADRO 6

Movimentos pendulares de âmbito interconcelhio, por modos de transporte em 2001 e variação do peso relativo (1991-2001)¹⁵

Território Metropolitano / Espaços Intra-metropolitanos	Movimentos interconcelhios		Modos de Transporte									
			Transporte Individual		Transporte colectivo rodoviário, metropolitano ou eléctrico		Comboio		Nenhum - Vai a pé		Outro Meio	
	Peso no total de mov. %	variação	%	variação p.p.	%	variação p.p.	%	variação p.p.	%	variação p.p.	%	variação p.p.
Lisboa	42,3	18,1	54,3	23,3	25,0	-19,1	17,2	-2,9	0,7	-0,3	2,8	-0,9
AML	44,6	16,4	53,1	22,8	25,2	-18,9	18,1	-2,6	0,7	-0,3	2,9	-0,9
Core	14,6	16,2	67,6	29,3	20,8	-23,8	8,8	-3,8	1,5	-0,3	1,3	-1,3
Coroa 1	55,0	12,7	50,6	21,3	25,7	-18,3	20,1	-1,9	0,6	-0,3	3,0	-0,8
Coroa 2	32,8	70,8	66,7	30,2	22,9	-21,3	6,4	-5,5	0,6	-0,3	3,4	-3,1
Área de Influência da AML	24,9	48,0	70,6	27,0	22,5	-22,6	4,2	-3,4	1,0	-0,5	1,7	-0,6
Porto	33,2	20,8	64,7	25,1	27,6	-18,4	5,1	-4,3	1,6	-2,7	1,0	0,4
AMP	37,5	18,3	65,4	25,6	27,6	-21,9	4,6	-2,3	1,4	-1,8	1,0	0,3
Core	23,2	2,6	70,6	26,6	24,4	-22,5	2,9	-1,5	1,2	-2,7	0,9	0,1
Coroa 1	42,7	20,0	63,7	26,2	29,6	-23,1	4,5	-1,9	1,2	-1,5	1,0	0,4
Coroa 2	31,4	25,8	71,5	21,1	16,9	-12,0	7,2	-6,3	3,2	-3,3	1,2	0,4
Área de Influência da AMP	26,0	27,5	63,1	23,8	27,6	-9,6	6,2	-9,6	2,1	-5,1	1,0	0,4

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 1991 (cálculos dos autores)

O Quadro 6 apresenta a estrutura dos movimentos de âmbito interconcelhio da população empregada residente nos territórios metropolitanos de Lisboa e Porto e a variação da importância de cada uma das categorias de modos de transporte entre 1991 e 2001.

Num contexto de incremento dos movimentos pendulares de âmbito interconcelhio em ambos os territórios metropolitanos, verifica-se um aumento da importância do transporte individual de 23 p.p. em Lisboa e 25 p.p. no caso do Porto, passando o transporte individual a assumir mais de 50% dos movimentos interconcelhios da população

empregada residente no território metropolitano de Lisboa e mais de 60% da população empregada residente no território metropolitano do norte do país. Estas alterações na estrutura dos movimentos em ambos os territórios reflectem a perda de importância nas restantes categorias consideradas (à excepção da categoria “outro meio”, que aumenta 0,4 p.p. no território nortenho) e significaram, no território metropolitano de Lisboa, mais que a duplicação dos fluxos interconcelhios de empregados em transporte individual, sendo que no caso do Porto a variação registada também é próxima do dobro¹⁶.

¹⁵ As agregações dos modos de transporte consideradas incluem as seguintes categorias dos Censos 2001 e 1991: Transporte individual – “transporte automóvel como condutor”, “transporte automóvel como passageiro” e “motociclo ou bicicleta”; Transporte colectivo rodoviário, metropolitano ou eléctrico – “transporte colectivo da empresa ou da escola”, “Autocarro”, “Eléctrico ou metropolitano” (estas duas últimas categorias estavam agregadas em 1991); Comboio – “Comboio”; Nenhum, vai a pé – “Nenhum vai a pé”; Outro meio – “Outro meio” (inclui o barco).

¹⁶ A taxa de crescimento dos movimentos pendulares de âmbito interconcelhio no território metropolitano de Lisboa foi de 106,6% e no território metropolitano do Porto de 97,5%.

Note-se que as categorias de transporte colectivo¹⁷ assumem em 2001 uma maior importância nos movimentos de âmbito interconcelhio dos residentes no território metropolitano de Lisboa do que no território metropolitano do Porto (respectivamente 42% e 33%). Por último, refira-se que apesar da perda de competitividade das categorias do transporte colectivo rodoviário, metropolitano ou eléctrico e comboio (expressa na diminuição da importância relativa de ambas as categorias), a utilização do comboio apresenta um crescimento efectivo de cerca de 1,8%, no território metropolitano de Lisboa.

5. DISTÂNCIA E PROXIMIDADES NOS TERRITÓRIOS METROPOLITANOS DE LISBOA E PORTO: UMA VISÃO DE SÍNTESE

As três componentes de análise dos territórios metropolitanos de Lisboa e Porto, desenvolvidas nos pontos de discussão anterior – espaços de residência, espaços de emprego e mobilidade da população empregada – deixaram transparecer alterações significativas na estrutura morfo-funcional destes territórios na última década.

As tendências de crescimento populacional nos concelhos próximos aos dois centros metropolitanos apontam para uma manutenção dos processos de suburbanização intensiva, por transferências populacionais associados a movimentos centrífugos (perdas populacionais nos centros) e centrípetos (a partir das periferias do território metropolitano e de outros territórios). Sobre a suburbanização da população desenvolveram-se, na última década, dinâmicas de suburbanização do emprego, com ambos os centros a acusarem perdas de postos de trabalho. Os ritmos acentuados de crescimento de emprego em áreas suburbanas sugerem uma

trajectória semelhante às tendências verificadas na população em períodos anteriores, e apontam para a emergência de grandes aglomerações económicas constituídas pelas cidades-centro e os concelhos suburbanos que as envolvem.

Paralelamente às tendências de suburbanização da população e emprego, ocorreram dinâmicas de crescimento em ambas as componentes em espaços mais periféricos. No território metropolitano de Lisboa verificaram-se comportamentos demográficos positivos em espaços valorizados do ponto de vista ambiental e que na última década sofreram claras melhorias no campo das acessibilidades. Para além dos ganhos de população nestes locais, verificaram-se também dinâmicas positivas em centros urbanos consolidados. No caso do território metropolitano do Porto os ganhos populacionais na periferia ocorreram fundamentalmente em centros urbanos de pequena e média dimensão. Ao mesmo tempo, o emprego apresenta um comportamento claramente positivo na generalidade dos concelhos mais periféricos. No caso de Lisboa, as dinâmicas do emprego ao nível concelhio revelaram um território metropolitano mais policentrado que em 1991.

A evolução no período intercensitário da população e do emprego gerou nos dois territórios metropolitanos um quadro de mobilidade da população empregada mais complexo. Os concelhos que compõem os territórios metropolitanos acusaram uma maior abertura dos seus mercados de trabalho que se reflectiram em transformações nas lógicas de dependência interconcelhia. O aumento do uso do transporte individual e as alterações ocorridas nas acessibilidades, principalmente rodoviárias, em ambos os territórios metropolitanos, foram os principais factores de sustentação deste novo quadro funcional.

¹⁷ Considerando a agregação das categorias de transporte colectivo - "Transporte colectivo rodoviário, metropolitano ou eléctrico" e "Comboio" - presentes no Quadro 6.

Em Lisboa este novo quadro funcional é interpretável, principalmente, nas coroas suburbanas com alterações estruturais nos fluxos casa-trabalho e na emergência de novos centros metropolitanos de emprego com capacidade de polarizar significativamente concelhos vizinhos.

No Porto, as alterações nas lógicas de dependência funcional interconcelhia foram mais notórias nos concelhos da periferia metropolitana que vieram alterar o anterior quadro de relativa autonomia concelhia no que diz respeito aos mercados locais de trabalho.

A análise realizada revelou um sistema metropolitano centrado na cidade de Lisboa mais ortodoxo, mas ao mesmo tempo numa fase mais avançada que o sistema metropolitano nortenho, e por isso mais complexo. O sistema metropolitano de Lisboa é globalmente mais integrado, tendo a cidade centro

um papel mais marcante na estruturação das lógicas de interdependência concelhias, mas onde os fenómenos de suburbanização do emprego induziram alterações significativas na estrutura dos movimentos pendulares. No sistema metropolitano do Porto é, ainda, preponderante, enquanto fenómeno metropolitano, a suburbanização da população, com a suburbanização do emprego a imprimir poucas alterações no quadro funcional intrametropolitano. Por outro lado, em Lisboa são já identificáveis processos de revalorização da cidade centro, na componente residencial, que, paralelamente aos ganhos de população em espaços periféricos do território metropolitano, acusam uma fase mais madura deste sistema no ciclo de vida urbano.

BIBLIOGRAFIA

- Amin, A. (1994), "Post-Fordism: models, fantasies and phantoms of transition" in A. Amin (coord.) 9,525 mm *Post-Fordism – a reader*, Blackwell, Oxford, pp. 1-39.
- Ascher, F. (1998), *Metapolis. Acerca do futuro da cidade*. Celta, Oeiras.
- Barata Salgueiro, T. (1999), "Ainda em torno da fragmentação do espaço urbano", in *Inforgéo – Revista da Associação Portuguesa de Geógrafos*, nº14, pp. 65-76.
- Barata Salgueiro, T. (2000), "Fragmentação e exclusão nas metrópoles", in *Sociedade e Território*, nº 30, pp. 4-6.
- Barata Salgueiro, T. (2001), *Lisboa, Periferia e Centralidades*. Celta, Oeiras.
- Camagni, R; Gibelli, M; Rigamonti, P. (2002), «Forme urbaine et mobilité: les coûts colectifs des différents types d'extension urbaine dans l'agglomération Milanaise», in *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*, nº1 [2002].
- Cardoso, A. (1996), *Do desenvolvimento do planeamento ao planeamento do desenvolvimento*. Edições Afrontamento, Porto.
- CCR-LVT (2001), *Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (versão para discussão pública)*. CCR-LVT, Lisboa.
- Costa, N.; Costa E. (2003), "Acessibilidades e configuração de bacias de emprego no território nacional", in *Actas do X Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional. Policopiado*.
- Dieleman, F.; Dijst, M.; Spit, T. (1999), "Planning the compact city: the Randstad Holland experience", in *European Planning Studies*, vol. 7, nº5, pp. 605-621.
- Ferrão, J.; Vala, F. (2001), "Delimitação das Aglomerações Metropolitanas de Lisboa e Porto com base no critério de continuidade de espaço construído", in *Revista de Estudos Regionais – INE, RLVT*, nº 2, pp.7-34.
- Ferrão, J.; Rodrigues, D.; Vala, F. (2002), *As regiões metropolitanas portuguesas no contexto ibérico*. Coleção Estudos nº 5, DGOTDU, Lisboa.
- Ferrão, J.; Marques, T. (2002), *Sistema Urbano Nacional. Síntese*. Coleção Estudos nº 7, DGOTDU, Lisboa.
- Ferrão, J. (2002), "As regiões metropolitanas como comunidades imaginadas: da experiência quotidiana à acção estratégica" in *Porto d'Ideias. A Cidade Em Debate*, APOR - Agência para o Desenvolvimento do Porto, Porto, pp. 39-42.
- Ferreira, M. J.; Rosado, A. R. (1999), "As Grandes Áreas Urbanas portuguesas. Conceitos e delimitação espacial" in *M. Pereira (coord.) Grandes Áreas Urbanas. Reorganização institucional e territorial. O caso da Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa, pp. 38-50.
- Fonseca, M. L. (1990), *População e Território – do País à Área Metropolitana*. Lisboa. Coleção Memórias nº14, Centro de Estudos Geográficos.
- Gaspar, J. (1999), "Economic restructuring and new urban form", in *Finisterra*, XXXIV, pp. 131-152.
- Malheiros, J. (1998), "Minorias étnicas e segregação nas cidades – uma aproximação ao caso de Lisboa, no contexto da Europa Mediterrânica", in *Finisterra*, XXXIII, pp. 91-118.
- INE (2004), *Retrato da Área Metropolitana do Porto*. INE-DRN, Porto.
- INE (2003), *Movimentos pendulares e organização do território metropolitano: Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto(1991-2001)*. INE, Lisboa.
- Jonhston, R. (2000), "Metropolitan Area" in Jonhston, R.; Gregory, D.; Pratt, G.; Watts, M. (coord), *The Dictionary of Human Geography*. 4th edition, Blackwell, pp. 502.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2002 de 8 de Abril de 2002 in *Diário da República – I Série-B*, n.º 82. (aprovação do PROT-AML).